



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
FORMAÇÃO HUMANA



CARLA SILVA BARBOSA

MOVIMENTO ESTUDANTIL E PRODUÇÕES DE SUBJETIVIDADES
CONTEMPORÂNEAS

Rio de Janeiro
Junho, 2007



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
FORMAÇÃO HUMANA



CARLA SILVA BARBOSA

MOVIMENTO ESTUDANTIL E PRODUÇÕES DE SUBJETIVIDADES
CONTEMPORÂNEAS

Dissertação ou tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana.

Orientador: PROF^a.DR^a. DEISE MANCEBO (UERJ)

Rio de Janeiro
Junho, 2007

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que dentro das possibilidades impostas pela vida, me acolheram e me ajudaram nesse percurso...

Ao meu irmão, que apesar das diferenças epistemológicas, sempre foi fonte de muito orgulho e uma excelente inspiração ao debate.

A professora Deise Mancebo, pela orientação, carinho, paciência e disponibilidade.

A professora Cecília Coimbra por aceitar o convite para participar de mais essa etapa da minha vida, fazendo parte da banca avaliadora desse trabalho

A professora Ester Arantes por também fazer parte desse momento!

A Jane Marie Ribeiro, pelos ouvidos!

Enfim, sei que serei injusta por deixar de citar alguns nomes, contudo um **MUITO OBRIGADA A TODOS OS MEUS AMIGOS**, que são os alicerces da minha vida, mas mesmo certa da injustiça que cometerei, não posso deixar de citar alguns nomes:

A Fabiana Valadares, pela amizade e companheirismo mesmo nos momentos mais difíceis desse percurso chamado vida!

A Fabíola Bottechia pelo imenso carinho e força, principalmente nessa reta final!

Ao Marcelo Princeswal pela amizade, companheirismo e paciência, principalmente nesse percurso final do mestrado.

Ao João Domingues, por me mostrar que podemos fazer amizades bacanas após a graduação...

Ao Bernardo Suprani, por sua sagacidade nos momentos difíceis desse percurso chamado elaboração de idéias!

E os especiais agradecimentos as Geraldas, Orjanas, Lucys, entre outras pessoas que estiveram na minha vida nesse período e me mostraram que a militância ainda é muito necessária e tem efeitos positivos na vida!

Maria Beatriz de Sá Leitão, que devido a sua disponibilidade e paixão pelas lutas por justiça social criou um campo onde a idolatria e idealização caíssem por terra para construção de um campo de construção de realidade!

Vera Vital Brasil, pelos acolhimentos em diversos momentos de dificuldade e por fazer entender que militância não tem que ser sacrificante, ela também pode pegar sol, também pode se cansar... e na verdade é bom que se canse para ser repensada!

EPÍGRAFRE

Ai, o meu amor, a sua dor, a nossa vida
Já não cabem na batida
Do meu pobre cavaquinho
Quem me dera
Pelo menos um momento
Juntar todo sofrimento
Pra botar nesse chorinho
Ai, quem me dera ter um choro de alto porte
Pra cantar com a voz bem forte
E anunciar a luz do dia
Mas quem sou eu
Pra cantar alto assim na praça
Se vem dia, dia passa
E a praça fica mais vazia

Vem, morena
Não me despreza mais, não
Meu choro é coisa pequena
Mas roubado a duras penas
Do coração

Meu chorinho
Não é uma solução
Enquanto eu cantar sozinho
Quem cruzar o meu caminho, não pára não

Mas não faz mal
E quem quiser que me compreenda
Até que alguma luz acenda, este meu canto continua
Junto meu canto, a cada pranto, a cada choro
Até que alguém me faça coro pra cantar na rua

(Chorinho, Chico Buarque, 1967)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas produções de subjetividades que dão sentido ao mundo a partir de atuações do movimento estudantil, principalmente referido ao ensino superior, no Brasil. Para tanto foram escolhidas dois recortes temporais, não muito distantes no que tange a cronologia, as décadas referentes aos anos 1960-1970 e 1994-2004. Esses dois períodos foram escolhidos por serem entendidos como marcos na história desse movimento.

No primeiro período citado, os apelos por mudança pululavam no Brasil, e também no movimento estudantil. As disputas de hegemonia entre as subjetividades que sustentavam os ideais capitalistas e comunistas abriram um campo onde outras subjetividades surgiram, tendo como um de seus efeitos a potencialização da diversidade nesse período.

Já o segundo período, foi escolhido por ser referente ao ano em que as políticas neoliberais entraram mais sistematicamente no cotidiano universitário, produzindo efeitos desastrosos no que o movimento tinha de mais bonito: sua capacidade de aglutinação, sua capacidade catalisadora.

Além das produções de subjetividades individualizantes, em âmbito mais geral, as amarras legalistas fragmentaram, ainda mais, a categoria estudantil, produzindo assim, uma hierarquização dos estudantes – como, por exemplo, os Decretos, 2207 de 15/04/1997 e 2306 de 19/08/1997.

Nesse contexto, podemos observar duas coisas: o movimento estudantil, nesse cenário *franksteiniano*, apresenta dificuldades de articulação com as bases, contudo ainda há movimentações estudantis potentes sem que, necessariamente estejam articulados a entidades estudantis.

Mais um ponto importante para pensarmos nesse trabalho são os efeitos da partidarização das entidades representativas estudantis nesse cenário já extremamente fragmentado. A cisão tem se alargado, contudo, estudantes têm se mobilizado, independentemente das diretrizes e do pertencimento a essas entidades. As articulações estudantis têm conquistado mais resultados quando pontuais e relacionadas a um plano comum, que podemos chamar de micropolítico.

Contudo, uma questão pulula nesse encerramento de prazo, apontando para caminhos ainda não explorados nesse trabalho: será que nos dias de hoje as vitórias

no plano micropolítico, que são importantes, não estariam servindo como uma espécie de tamponamento para uma articulação mais coletiva. Enfim, encerro esse trabalho levantando essa questão premente, e com o direcionamento de uma rearticulação dos movimentos estudantis e sociais em geral no que tange a sua organização.

ABSTRACT

The present work has objective to analyze some productions of subjectivity that constitute the direction of world from performances of the student's movement, mainly related to superior education, in Brazil. For two secular clippings had been in such a way chosen, not very distant in what it refers to the referring chronology, decades to years 1960-1970 and 1994-2004. These two periods had been chosen by being understood as landmarks in the history of this movement.

In the first cited period, the asks for change shows up in Brazil, and also in the student's movement. The disputes between the capitalist and communist subjectivities had opened spaces so that the "delinquents" gained body, having as the one of its effect potential of the diversity in this period.

Already as the period, was chosen by being referring to the year where the neoliberal politics had entered more systematically in the daily college student, producing disastrous effect in that the movement had of prettier: its capacity of get together, its catalyze capacity.

Beyond the productions of individual makers subjectivity, in more general scope, the legalist mooring cables had broken up, still more, the student category, thus producing, a hierarchical of the students - as, for example, the Decrees, 2207 of 15/04/1997 and 2306 of 19/08/1997.

In this context, we can observe two things: the student's movement, in this scene *franksteiniano*, that presents base's articulations diffucults, whatever still happening powerful student's movimantations not necessarily articulated with , necessarily the students entities are articulated .

Plus a point important to think about this work are the effect of the political institutional space of the students representative entities in this scene already extremely broken up. The split has if widened, however, students if have mobilized, independently of the line of direction and the belonging in these entities. The students joints have conquered resulted more when prompt and related to a common plan, that we could call micropolitician.

However, a question shows up in this closing of stated period, pointing with respect to explored ways not yet in this work: it will be that nowadays the victories in the plan micropolitician, which are important, are serving as a species of freezing for a collective joint, definitively. At last, I lock up this work raising this pressing question, and with the aiming of a rearticulation of the students and social movements in generality in what it refers to its organization.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1 - AFINAL, O QUE ERA O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DÉCADA DE 1960? 16	
1.1. Era uma vez... O Movimento Estudantil...	16
1.2. Eis que chega a Roda Viva... E carrega a roseira pra lá...	29
1.3. Conjuntura e clima de época	40
1.3.1. <i>Novo conceito de feminino: a mulher dando contorno no seu próprio corpo</i>	44
1.3.2. <i>Novas conceituações artísticas e literárias: que juventude é essa?</i>	45
1.3.3. <i>Censura</i>	47
Capítulo 2 - E O MOVIMENTO ESTUDANTIL HOJE? POR ONDE ANDA?	52
2.1. Voltando um pouco a fita...	52
2.2. “E agora, José?” O ME no contexto neoliberal.....	57
2.3. Neoliberalismo e os recursos legais para o esvaziamento dos espaços de discussão ..	61
2.4. A “esquerda” chega ao poder: mudança efetiva ou reformas para a manutenção da ordem hegemônica?.....	64
2.5. E os estudantes? O que têm feito?.....	66
Capítulo 3 – PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: DISCUTINDO ALGUMAS MATRIZES	78
3.1. liberalismo: o indivíduo como protagonista da história.....	79
3.2. Papel do Estado: contradições da teoria liberal	81
3.3. Disciplina, indivíduo e gestação dos espaços público e privado	83
3.4. Estado do Bem-Estar Social e regulação do cotidiano	88
3.5. Capitalismo flexível e produção de subjetividade.....	91
3.6. Efeitos das produções de subjetividade na mobilização estudantil brasileira nas décadas de 1960-1970 e 1994-2004	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

INTRODUÇÃO

Começar um texto, que certamente se refere a um início de elaborações de questões de suma importância para seu escritor, sempre foi um ato que nos suscitou interrogações, devido à dificuldade intrínseca na escolha do caminho a ser percorrido... Pensar na maneira de expressar da melhor forma possível um pensamento, em como conter e recortar questões e idéias que pululam em nossas vidas, no sentido das palavras existentes em nosso idioma, sempre implica deixar de lado novas idéias, ou aquelas que apenas não se tornaram maduras o bastante para serem restringidas e aprisionadas nos limites das palavras.

Pensamos nessa dificuldade como aquela que deve enfrentar um compositor, para quem, em seu trabalho, a busca do tom é central. Em suma: como começar um texto?

Entendemos que esse processo de construção textual se dê no mesmo registro da apropriação da história. É importante ressaltar a distinção que fazemos entre a apropriação e o conhecimento da história. Conhecimento ou postura que implicam a observação e a captação de um objeto, dissociando-se e distinguindo-se do objeto a ser pesquisado.

Contudo, a apropriação da história consiste num processo cujos limites e distinções entre sujeito e objeto são menos marcados, propiciando assim uma implicação na qual pesquisador e seu objeto se constroem mutuamente.

No trabalho que aqui se inicia, o estudo de algumas produções de subjetividades nas décadas de 1960-1970 e 1994-2004 e seus atravessamentos nas dinâmicas do movimento estudantil, ou seja, a proposta deste trabalho, se apresenta nesse sentido: dar contorno a essa apropriação da história.

O recorte histórico escolhido para este trabalho se justifica, na medida em que, apesar da proximidade temporal entre eles, suas dinâmicas são notoriamente distintas.

Muitas razões, inclusive de ordem pessoal, levaram à escolha desses dois períodos, cabendo destaque, no entanto, para as profundas mudanças ocorridas no mundo e no Brasil nesse intervalo de aproximadamente 40 anos. Assim, o processo de reacomodação capitalista, operado nas últimas três ou quatro décadas, baseado nos preceitos neoliberais, provocou o aumento da exclusão social e espacial, a concentração de renda, o achatamento salarial, o incremento do desemprego estrutural, a flexibilização dos direitos sociais, o aumento do sentimento de insegurança no trabalho e na vida, o crescimento das correntes migratórias internacionais, o consumismo desenfreado em expansão geográfica, a intensificação e alcance planetário da degradação ambiental, o fundamentalismo reativo de afirmação de identidade dos não-incluídos, o debilitamento das antigas identidades e solidariedades de classe, dentre outros aspectos (SANTOS, 2002), que acabaram por impor novas exigências e dificuldades aos homens, a suas produções subjetivas e aos movimentos sociais nos quais se envolvem (MANCEBO, 2003).

Muitos aspectos justificam o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente, o movimento estudantil (ME) ocorrido nos anos 60 foi alvo recente de produções televisivas, de muitos livros, sobretudo autobiografias, não raramente apresentados de forma idealizada e romantizada, mas que com certeza geraram curiosidade a respeito do comportamento, das produções subjetivas e da ação política daquela geração.

O palco de onde emanam e se desenvolvem as ações do ME – a universidade – também se apresenta como um tema relevante socialmente. Em todo o mundo, e também no Brasil, as instituições de educação superior talvez tenham sido as mais

assediadas, nos últimos anos, pelos processos decorrentes da globalização, pelas mudanças na esfera do trabalho e pelas novas e aceleradas demandas que se fizeram presentes para a produção científica e tecnológica. Além disso, a universidade abriga o conjunto das contradições, não necessariamente contestatórias, que permeiam toda a sociedade; ela constitui um campo de disputas entre grupos e projetos distintos de educação, de sociedade e até da própria constituição psicossocial dos atores envolvidos.

Por fim, compreende-se que, no espaço universitário, engendra-se um complexo campo de forças, como lugar privilegiado de produção de conhecimento, espaço de aglutinação e formação dos “especialistas-intelectuais” e da construção de regimes de verdade que, em conjunto, constituem pilares de sustentação do funcionamento, pelo menos das sociedades ocidentais.

Foucault (1989) entende o estatuto da verdade como uma construção, fruto de lutas e enfrentamentos múltiplos, em cujo processo se vai definindo “o conjunto das coisas verdadeiras, a descobrir ou a fazer aceitar [...], o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso, e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1989, p. 13). Se assim considerarmos, a análise da ação política da juventude nesse campo específico se justifica pela importância estratégica que apresenta, podendo traduzir expressões de outros movimentos coletivos e da produção de subjetividades no mundo contemporâneo.

Acreditamos, ainda, que a análise do ME, se ampliada, pode ser útil para a compreensão de outros movimentos sociais e de seus impasses frente às novas configurações sociais e políticas. Particularmente, a discussão sobre a fragmentação societária, a intolerância ao outro, as diferenças e “banalização da injustiça social” (DEJOURS, 1999), com decorrente definhamento de ações coletivas, apresentam-

se como caminhos instigantes, a serem aprofundados e, quiçá, esclarecidos através da análise de um movimento específico.

Por fim, há uma justificativa de ordem pessoal para a escolha do tema, pois, ao ingressar numa universidade federal para cursar a graduação em Psicologia, autora teve a oportunidade de, pela primeira vez, participar de movimento estudantil, já que era “proibida” a articulação de grêmios estudantis no colégio onde havia estudado. Assim, essa foi a primeira experiência, quando nos sentimos fazendo parte de um coletivo que se organizava para reivindicar e lutar contra uma dinâmica que transformava a universidade num “escolão”. Dessa experiência, ficou um sentimento do quanto é difícil lidar com opiniões diferentes, com as particularidades que qualquer coletivo apresenta como campo de coexistência, e adveio a vontade de aprofundar essa análise.

Com isso, o objetivo principal do presente trabalho é ampliar o campo de discussão acerca da mobilização estudantil. Para isso, analisar a referida mobilização, pautada nas produções subjetivas capitalistas engendradas em cada período, é importante para criar novas possibilidades de articulações.

Como veremos no desenrolar dos capítulos, na década de 1960 – com maior ênfase ao período imediatamente posterior à instauração da ditadura militar, e especialmente o ano de 1968 – o ME, juntamente com outras categorias, apresentava-se de forma potente, desafiava o governo, expondo uma radicalidade de quem tem um projeto outro para a sociedade. Como nos relata Ventura (1988, p. 89), em *1968, o ano que não terminou*: “À medida que a intolerância ia tomando conta do governo, a única resposta possível parecia ser o radicalismo, que se manifestava no movimento estudantil, na política, nas artes e no *show-biz*’.

Além do já citado Ventura (1988), no primeiro capítulo buscamos informações para descrever o clima de época na sociedade brasileira e, mais especificamente, no movimento estudantil.

Fávero (1995) descreve minuciosamente a história da União Nacional dos Estudantes no Brasil (UNE), desde sua fundação até a abertura política do Brasil. Em seu livro, além da descrição da origem da UNE, contextualiza as bandeiras dos períodos. Nesse mesmo sentido, a obra de Poerner (2004) também foi muito importante, para recompor o cenário proposto, pois se refere a uma pesquisa histórica da mobilização da juventude, desde o Brasil Colônia até os dias de hoje. A obra de Aarão-Reis (1988) também foi utilizada neste trabalho, no esforço de compreender e descrever o que aconteceu em 1968, ano que tanto marcou a vida dessa geração e habita as fantasias de suas sucessoras.

A autobiografia de Gabeira (1984) foi muito importante, no sentido de problematizar algumas questões referentes à esquerda, já que sua obra apresenta relatos desde seus flertes com a esquerda, chegando à experiência do extremo da clandestinidade.

As obras de Coimbra (1995), Figueiredo (1993), Ortiz (1985) e Foucault (1998) alicerçaram a construção de um entendimento de algumas subjetividades que circularam e ganharam evidência nunca antes vista na história moderna. Nesse mesmo sentido, Valle (1999) apresenta sua pesquisa sobre as diferentes formas de noticiar a violência do Estado contra a mobilização estudantil em 1968, de acordo com os jornais.

No segundo capítulo, apresentamos a atuação do ME nos dias atuais, mais especificamente a década de 1994-2004, marcada pela entrada de políticas neoliberais na universidade de modo mais sistemático. Nesse período são observadas atu-

ações mais pontuais sobre um movimento em âmbito nacional, instituído, contudo, com atuações importantes em mobilizações pontuais e localizadas. Para tanto utilizamos, além das obras já citadas, como a de Poerner (2004) e Sguissard (2004), que serviram como eixo central para a construção das atividades estudantis no segundo período escolhido; os trabalhos de Soares (1998), Suprani (2007) e Mortada (2005) deram vivacidade às questões que atravessam o movimento estudantil desse período.

As discussões levantadas por Gohn (1994), Neves e Coimbra (2002), Valadares (2006), Oliveira (2001) foram utilizadas para dar um contorno mais ampliado às produções de subjetividade que estão vigindo com mais notoriedade. Contudo, e principalmente, são justamente os alicerces que este trabalho busca apontar: novas e outras formas de subjetivação são possíveis e existem!

O terceiro capítulo vem “amarrar” teoricamente a constituição do indivíduo liberal com as produções de subjetividade intrínsecas ao processo de afirmação do próprio liberalismo na modernidade. Para tanto, debruçamo-nos nas obras de Mancebo (1999 e 2004), Coimbra e Neves (2002), Bianchetti (1996), Bellamy (1994), Bobbio (1988), Foucault (1998), Sennett (2002), Gentili (1998), Hayek (1990), Sousa (1999) e Pelbart (2003). No mesmo capítulo foram iniciadas algumas análises sobre as atuações do movimento estudantil levantadas nos capítulos anteriores.

A parte final do trabalho consiste em algumas considerações que entendemos serem importantes para pensar as atuações dos estudantes nos dias de hoje, frente à extrema fragmentação que nos é apresentada cotidianamente pelas produções das inúmeras solidões nas quais os indivíduos individuais estão sendo produzidos.

Capítulo 1 - AFINAL, O QUE ERA O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DÉCADA DE 1960?



1.1. Era uma vez... O Movimento Estudantil...

Iniciemos, então, nossas primeiras considerações sobre o ME, no Rio de Janeiro, nos dois recortes propostos. Para tanto, é preciso tentar dançar a música dentro do tom, é decisivo passearmos, antes, pela história da constituição desse movimento no Brasil, mesmo que tal empenho extrapole o período proposto pela presente pesquisa. Tal entendimento se justifica pelo tipo de análise na qual este trabalho se baliza: **análise histórica**. Em consonância com Fávero (1994, p. 11):

Desde 1918, em Córdoba, um movimento de renovação foi adquirindo traços de um acontecimento histórico de magnitude continental, do ponto de vista ético, social e político. A favor de quem e contra quem era esse movimento? Que interesses se contrariou? Aí reside a resposta de seu malogro nos anos 60 e 70.

Contudo, é importante nos atermos, também, aos estudos de Portaneiro (1978), que localiza o movimento estudantil no continente – em prol da reforma universitária, da democratização da sociedade e da socialização ampla do saber. Segundo esse autor, a organização dos estudantes na América Latina aponta para um

movimento que extrapola os limites nacionais, apesar de os movimentos serem fomentados, alimentados e caracterizados pelas especificidades dos atores dos diversos países.

Os acontecimentos de Córdoba bem demonstram a capacidade de espraio das idéias estudantis pela América Latina, e sobre essa questão Portaneiro (1978) observa:

Suas raízes [do ME na América Latina] mais tenras podem ser identificadas na Carta de Córdoba (Argentina) de 21 de junho de 1918, impelindo a reforma universitária e a formação de federações nacionais de estudantes ou uniões nacionais entre 1920 e 1930 em quase toda a América Latina – Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, México –, estendendo-se mais tarde a Cuba (PORTANEIRO, 1978 *apud* FÁVERO, 1995, p. 11).

Assim, ao se deparar com os momentos histórico-sociais nos quais as organizações estudantis tomam corpo institucional nos países da América Latina, podemos caracterizar o ME brasileiro como um “temporão”. As dimensões territoriais, os distintos processos de colonização, dentre outros aspectos, podem ser responsáveis por essa diversidade. Fato é que, enquanto os estudantes do Peru e da Argentina, por exemplo, já se organizavam em 1916 e 1918, respectivamente, a organização brasileira apresenta características de unidade apenas em 1937.

Contudo, Fávero (1994) apresenta as primeiras organizações de estudantes no Brasil – ainda não muito articuladas, com lutas voltadas contra a invasão estrangeira, contra a escravidão, pela República – no século XVIII. Todavia, mesmo que se considere a articulação dessas campanhas, ocorridas em algumas conjunturas – o que lhes dava um caráter mais sistemático, com discussões ocorrendo dentro de instituições de ensino superior, comícios políticos –, mesmo que se leve em conta a divulgação dessas movimentações pela imprensa, com freqüência cada vez maior,

pelo menos até fins da década de 1930, a participação dos estudantes é caracterizada por historiadores do tema como dispersa e ocasional (FÁVERO, 1994).

Por certo, deve-se considerar a instituição do ME, no Brasil, com unidade e identidade nacional – mais precisamente, o movimento que emergiu nos anos 30 – como um “efeito” (ou “desdobramento”, utilizando o jargão próprio ao grupo em questão) dos movimentos levados a cabo pelos estudantes, desde seus primórdios, no século XVIII, no Brasil, bem como das experiências coletadas na América Latina. As lutas, acima referidas, foram capazes, então, de catalisar interesses e produzir uma unicidade de demandas, mesmo que essas bandeiras fizessem referência a um pequeno grupo¹ de estudantes de nível superior (idéia de identidade e centralização)

Um primeiro esboço de organização de uma identidade/unidade de movimento se deu com a organização do I Conselho Nacional de Estudantes, ocorrido nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 1937, como nos aponta Fávero, que, ao descrever o desenho do referido encontro, afirma:

A instalação do I Conselho realiza-se na Casa do Estudante do Brasil, dirigida pela presidente vitalícia e fundadora daquela casa, Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, contando com representantes de São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Nessa reunião, logo de saída, é aprovada uma proposta do representante do Diretório Central dos Estudantes de Minas, proibindo expressamente a discussão de temas políticos no Conselho. No dia seguinte, dos assuntos levantados no plenário, o principal é a aprovação dos estatutos do novo órgão estudantil (FÁVERO, 1994, p. 17).

Contudo, no ano seguinte, com a realização do II Congresso Nacional, imprimiu-se um cunho mais “militante” à organização nacional dos estudantes, abrangendo

¹ Toma-se, neste trabalho, o conceito de grupo como encontro de multiplicidade e provisoriade que pode produzir focos mutantes de criação (BENEVIDES, p. 151, 1996).

do discussões pertinentes ao cenário da educação brasileira, como Fávero também se ocupa em descrever:

Com a preocupação de oficializar a entidade que representaria o segmento universitário, discutir e elaborar propostas, é aberto solenemente o II Congresso em 5 de dezembro de 1938, contando com cerca de 80 associações universitárias e secundárias, ao qual comparecem professores e um representante do Ministério da Educação (FÁVERO, 1994, p. 17-18).

Os dois encontros, que culminaram com a instituição da União Nacional dos Estudantes (UNE), distinguiam-se, no entanto, tanto no tocante ao perfil de participação, quanto ao conteúdo discutido. Enquanto no primeiro Conselho compareceram apenas algumas representações (São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais), cumprindo uma pauta que se restringia à aprovação dos estatutos do novo órgão estudantil, o segundo Congresso foi marcado por uma participação ampliada, contando tanto com associações universitárias e secundárias (cerca de 80), quanto professores, além de um representante do Ministério da Educação. Segundo Fávero (1994), esse Congresso representa um marco histórico, já que nele ganha força a unificação do movimento em torno de bandeiras de âmbito nacional, o que culminou na institucionalização da UNE.

É importante vislumbrar esse breve histórico do ME; contudo, surgem mais perguntas para ampliarem os caminhos da estrada nesse momento. Quais as bandeiras defendidas pela recém-constituída UNE? Que aspectos contribuíram para formular uma demanda de organização nacional, que culminaria na institucionalização da UNE? Podemos diferenciar esse momento de institucionalização do ME dos anteriormente categorizados como “identidade grupal”?

Ao encerrar o II Congresso Nacional, além de a Diretoria eleita assumir a entidade, foi deliberado também um Plano de Reforma Educacional, que apresentava,

na ocasião, cinco blocos de sugestões: 1º.) solução para o problema educacional; 2º.) solução para o problema econômico do estudante; 3º.) reforma dos objetivos gerais do sistema educacional brasileiro, no sentido da unidade e da continuidade; 4º.) reforma universitária; 5º.) organizações extra-escolares (FÁVERO, 1994).

Assim, pode-se notar uma diferença bem marcante entre os dois Congressos. O primeiro, em 1937, com um perfil mais burocrático, ateve-se a uma “regulamentação”, ao delineamento de funcionamento da futura entidade – em que qualquer discussão política² era considerada impertinente. Já o segundo Congresso, no ano seguinte, teve por pauta justamente a política educacional brasileira, assumindo como diretrizes de luta para o movimento os aspectos enumerados acima. Cabe perguntar, então, o que aconteceu para que, num espaço temporal tão curto (pouco mais de um ano), as preocupações e direções do ME rumassem em direções tão divergentes da anterior?

Por ter um entendimento de que as verdades são transitórias, ou melhor, que as verdades são sempre produções, não temos a pretensão de responder com a precisão de que se traja um cientista positivista; contudo, nos arriscamos a apontar uma diretriz de construção dessa resposta a partir da conjuntura da época. A institucionalização do ME, ou seja, a concretização da necessidade de criação de um movimento unificado em âmbito nacional, ocorreu num período em que o Brasil se encontrava circunscrito a um regime ditatorial imposto pelo Estado Novo. Fávero (1994), quando relata suas observações sobre o período do Estado Novo, o caracteriza:

² Apesar do entendimento mais amplo da palavra política, aqui nessa frase ela fica restrita a questões pertinentes às ideologias e tendências políticas.

[como] um período em que o Governo tenta exterminar toda e qualquer experiência democrática e de abertura, distinguindo-se como autoritário e favorecido pela emergência do fascismo e do nazismo, de cujas simpatias tenta se beneficiar sem se comprometer (FÁVERO, 1994, p. 20).

Consideramos, assim, que a possibilidade de radicalização dos estudantes, o que incluiu sua organização em âmbito nacional, se deveu, em grande medida, à necessidade de fazer frente a esse período de repressão, mesmo se atendo, em suas movimentações principalmente, às questões relacionadas ao ensino superior e à universidade.

A análise ganha maior evidência quando se verifica que, com a queda do Estado Novo, a unidade nacional do movimento enfraqueceu, e o conteúdo político das lutas mudou, em virtude da “superação” dos objetivos que os estudantes se propunham até então. Segundo a mesma autora, “os estudantes não compreenderam prontamente que as novas etapas à sua frente se [colocavam] não mais no plano jurídico-institucional, mas na realidade socioeconômica do país” (FÁVERO, 1994, p. 22).

Todavia, isto acaba ocorrendo. Em 1947, com o quadro político bastante mudado, surgem novas bandeiras de luta, mais direcionadas para “a realidade socioeconômica do país”, como era o caso dos movimentos voltados para a proteção do território nacional, que extrapolavam demandas referentes à categoria estudantil e se hibridizavam com as demais questões sociais. Um exemplo dessa afirmativa é a campanha “O Petróleo é Nosso”, que consegue o apoio de amplos setores da opinião pública nacional (FÁVERO, 1994, p. 23). Também podem ser incluídas nesse campo as manifestações dos estudantes contra os aumentos dos preços de bondes em 1948.

A UNE, e o ME em geral, mantiveram essa linha considerada progressista até 1950, quando a entidade passa a ser dirigida por “direitistas”. Tal período, conhecido também como “o período negro”, se estendeu até 1956, sofrendo um intervalo suscitado no período de 1953-1954. Contudo, em 1956, a entidade é assumida novamente por um grupo progressista, composto por uma coalizão da qual participaram a Juventude Universitária Católica, socialistas independentes e comunistas (FÁVERO, 1994). A partir dessa reconfiguração da UNE, as bandeiras voltaram a ser de cunho nacional, como nos aponta, novamente, Fávero (1994p. 23-24):

De 1956 a 1960, os protestos do movimento estudantil manifestam-se contra o aumento de passagens de bondes na Guanabara, a American Can, empresa norte-americana que ameaça destruir a indústria brasileira de lataria e o acordo de Roboré que envolve a aplicação de recursos da Petrobrás no altiplano da Bolívia, para atender interesses da empresa Gulf. [...] Nesse período, a UNE inicia, enquanto movimento, a luta pela Reforma Universitária.

É importante termos por horizonte que, nesse momento histórico, além do ME, outros movimentos sociais pautavam suas lutas por um país mais justo socialmente e pela defesa do território nacional, opondo-se, assim, a fortes interesses internacionais. Vale ressaltar, ainda, que parte das Forças Armadas também se encontrava identificada com algumas dessas reivindicações, identificação essa alimentada pelo cunho da defesa nacional, presente em muitos militares.

Este último aspecto é curioso. Parte importante das Forças Armadas, nos anos 50, aliava-se a movimentos sociais em defesa dos interesses nacionais, no sentido de promover o crescimento do país, a partir de defesa e valorização de empresas nacionais. Entretanto, numa conjuntura posterior, no período do Regime da Ditadura Militar instalado após 1964, o discurso de defesa dos interesses nacionais é deslocado para a defesa do capitalismo financeiro internacional. Observando esse fato curioso, pode-se concluir que a figura do inimigo – o perigo estrangeiro, num

primeiro momento – foi deslocada, ou melhor, reconfigurada. Os territórios nos quais se identificava o perigo – a ameaça externa ao território nacional – perderam essa característica geograficamente marcada e ganharam outros contornos não tão claros: tratava-se do perigo comunista. A “ameaça comunista” também era geograficamente relacionada a experiências internacionais (Cuba, URSS e China), mas na compreensão dos militares, os “comunistas” internos passam a ser o principal alvo de preocupação. Em decorrência, pode-se dizer que ocorre certa pulverização do inimigo, ele não é mais encontrado exclusivamente na figura estrangeira, agora ele poderia ser qualquer cidadão brasileiro, inclusive ganhando corpo dentro das próprias Forças Armadas brasileira, como nos aponta Gabeira, quando relata:

A Associação dos Marinheiros já fora golpeada, há algumas semanas antes do Primeiro de Abril. Todos foram afastados dos seus cargos, nos cruzadores e contratorpedeiros. E alguns, como o Neguinho, foram mesmo enviados para o Nordeste. [...] O próprio Almirante Aragão ficara seis dias afastado de seu cargo, e ainda não tinha retomado o pé no Corpo de Fuzileiros quando o golpe eclodiu (GABEIRA, 1984, p. 21).

A partir dessa orientação política, os militares, para fazerem frente ao “perigo comunista e socialista”, entendem que o território nacional deve ser “protegido” dos “subversivos”. Para tal feito, lançam mão de alianças não só com o capital estrangeiro, como utilizam estratégias próprias, que marcaram um período de intensa repressão no país, incluindo as inúmeras intervenções nas ações dos estudantes.

Por seu turno, em 1960, o ME enfrentava um problema político interno, referente a uma proibição estatutária relacionada ao seu engajamento em campanhas políticas, o ano de eleição à Presidência da República. Nesse emaranhado de acontecimentos, ocorreu uma ascensão católica no ME, com destaque para o movimento denominado Ação Popular (AP).

A AP é uma tendência do ME que partia do entendimento de que no Brasil não existia um partido verdadeiramente revolucionário, e pretendia, dessa forma, preencher esse vazio para, futuramente, catalisar os demais grupos – ainda pré-revolucionários. O espaço pelo qual a AP lutava para ocupar era justificado pela falta, segundo essa tendência: 1) de uma ideologia “verdadeiramente revolucionária”; 2) da presença constante junto à massa; e 3) da real participação, no partido, de militantes da extração social dominada (POERNER, 2004).

O ME seguiu os passos da radicalidade que o levou à clandestinidade. Podemos observar tal movimento ao analisar a ascensão da AP que se deu principalmente com o impulso gerado pela gestão de Aldo Arantes³ – eleito presidente da UNE, em 1961, no 24º Congresso da UNE, na cidade de Niterói, como representante de uma chapa de unidade da AP, do PCB e da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), criada no mesmo ano de sua eleição (POERNER, 2004).

Na análise trazida pelo autor, a AP conseguiu esse destaque devido tanto à conjuntura nacional – segundo as palavras do autor, o Brasil encontrava-se em uma “ebulição” nacional, que apenas foi contida em 1964 e não pela violência, mas pela repressão –, quanto às análises que desenvolvia sobre a universidade brasileira e seu papel – discussões nas quais a universidade, nos moldes então existentes, era entendida como uma instituição segregadora e servia, assim, aos interesses escusos do capital.

Muitos debates ocorreram em torno do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (POERNER, 2004) e culminaram na deflagração de greve dos estudantes baianos

³ Aldo Arantes foi um dos fundadores da AP, juntamente com Herbert José de Souza e o Padre Henrique de Lima Vaz (POERNER, 2004, p. 174).

pela reforma universitária. A pauta que balizava a greve ganhou concretude com a promoção, pela UNE, em maio de 1960, do 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária (POERNER, 2004).

Esse Seminário é um importante marco no ME, pois nele foi elaborado um documento que redesenharia um perfil para o movimento – a *Declaração da Bahia*⁴. Poerner entende esse documento como sinalizador de uma fase de transição, em que os estudantes abriam três frentes de batalha: a realidade brasileira, a universidade no Brasil e a reforma universitária. Apesar da importância das discussões levantadas no documento – conceituação do Brasil como um país capitalista em desenvolvimento, com uma infra-estrutura agrária entregue em mãos estrangeiras em sua maioria; entendimento da universidade como ferramenta social de manutenção da hegemonia das classes mais abastadas; e delineamento da “verdadeira” reforma educacional, que implicava educação para todos e em todos os graus, abertura de cursos acessíveis a todos e condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos direitos dos operários –, ele não obteve grande repercussão junto às bases, já que não era formulada uma perspectiva tática, faltando objetividade. Segundo Poerner (2004, p. 177): “A *Declaração da Bahia*, com todos os vícios e defeitos, compensados pelo seu papel de facho na escuridão conceitual do movimento estudantil da época, ajudou a UNE a conduzir seus liderados”.

Um dos efeitos desse documento foi a busca de aprofundamento dos argumentos e o preenchimento das lacunas deixadas por documentos anteriores.

⁴ Vale ressaltar que esse documento parte de uma certeza comum do referido período das esquerdas mais extremadas, uma certeza determinista de que o socialismo era o futuro. Podemos localizar tal característica quando o documento aponta para o entendimento de que “em nossos dias, trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade” (POERNER, 2004, p. 175).

O 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária foi realizado na cidade de Curitiba, entre os dias 17 e 24 de março de 1962, já na gestão de Aldo Arantes na UNE. O documento produzido no encontro, chamado de *Carta do Paraná*, não destoou da direção do documento produzido no seminário que o antecedeu, mas o complementou quando trouxe à tona a responsabilidade da universidade no plano cultural, responsabilizando-a parcialmente pela alienação da classe média. Além disso, seu texto aponta um “esquema tático de luta pela reforma universitária”, incluída nas chamadas reformas de base – bandeira que ganha destaque no governo de João Goulart (POERNER, 2004, p. 178).

O entendimento do governo de Goulart sobre a reforma universitária suscitou interessante discussão sobre a teorização da aliança operário-estudantil-camponesa, apontando para algumas questões que Poerner (2004, p. 178-179) transcreve em seu livro:

1) a pregação da reforma universitária perdeu o seu tom radical. Muitas vezes, era colocada pelas lideranças em termos de adequação [...] capitalista [...]; 2) a reforma universitária foi tida como indispensável à formação de uma ordem social mais evoluída. Vale dizer: deixou de ser uma denúncia, que servia inclusive para lançar o estudante numa luta mais ampla, por uma sociedade justa e uma universidade nova [...], para se impor como uma conquista concreta, a se fazer desde já, em torno de determinados pontos, a um nível maior de possibilidades; 3) em consequência do que se afirmou, perderam força, no conjunto das lutas pela reforma universitária, todos os movimentos que buscavam elaborar uma cultura autenticamente popular e nacional a que a universidade é estranha [...]; 4) a grande importância dada às conquistas imediatas e, sobretudo, à participação do estudante nos órgãos dirigentes. Tentar-se-ia reformular uma estrutura, partindo do seu interior, aproveitando os próprios mecanismos.

A pesquisa de Poerner nos aponta para o fato de essa perspectiva supracitada ter norteado o ME frente à reforma universitária até o golpe militar, em 31 de março de 1964. Contudo, a pesquisa aponta também para um desgaste das lideranças estudantis no que tange à condução da *Greve de Um Terço* (1962). Essa ação

se aliava aos interesses da reforma universitária, em que os estudantes exigiam “a participação, com direito a voto, nos órgãos colegiados de administração da universidade: Congregação, Conselhos Universitários e conselhos técnicos” (POERNER, 2004, p. 179).

Aquela reivindicação já se fazia presente no corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), mas ainda não havia sido regulamentada nos estatutos e regulamentos internos das universidades e faculdades.

A UNE se apoiou mais no pilar tangente à mobilização do que no da discussão, para produzir uma resposta rápida e eficiente para essa discrepância entre as instâncias e as regulamentações. A data de 1º de junho de 1962 foi fixada como limite, pelos estudantes, para que suas reivindicações fossem atendidas.

Com o fim do prazo estipulado e sem a resposta exigida, a UNE decreta uma greve geral de âmbito nacional – a adesão ao movimento chegou a 23 universidades federais, 14 particulares e três estaduais, incrementadas com manifestações públicas, como a ocupação do Ministério da Educação por estudantes do Rio.

O 25º Congresso Nacional dos Estudantes ocorreu no bojo desse movimento, em julho de 1962, na cidade de Petrópolis, optando os presentes pela manutenção das diretrizes de gestão, quando elegem Vinícius Caldeira Brant da AP. Na nova gestão, a greve é mantida, contudo não mais contra as congregações e faculdades, mas contra o Conselho Federal de Educação. Entretanto, após as lideranças estudantis perceberem tentativas de utilização do ME como massa de manobra, o agravamento da crise política nacional e o desgaste que implicaria o desdobramento da greve, a UNE recuou desse ponto, apenas com ganhos pontuais – como o obtido no Paraná (POERNER, 2004, p. 180-181).

Somente no ano seguinte a UNE conseguiu se refazer desse desgaste, convocando o 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária, que por sua vez veio a legitimar o esquema tático da *Carta do Paraná* “aparadas as arestas que se haviam tornado demasiado ostensivas após o movimento paredista” (POERNER, 2004, p. 181).

No 26º Congresso da UNE, em julho de 1963, é eleito o terceiro presidente consecutivo da AP – José Serra, tendo como vice Marcelo Cerqueira do PCB. Essa gestão é caracterizada por trazer para discussão diversas pautas “das resistências mais recônditas à anunciada reforma agrária ao racismo do *apartheid* sul-africano, nada escapa[va] ao crivo da UNE” (POERNER, 2004, p. 181).

Contudo, a conjuntura apresentava uma característica peculiar: a crise nacional que polarizou o movimento, segundo a qual, de um lado, a palavra de ordem era “Legalidade com Jango”, e de outro, a tendência pró-Resistência armada, na qual a figura de Leonel Brizola era central (POERNER, 2004). É claro que as resistências não se dividiram apenas nesses dois extremos, mas era um período no qual a noção de tempo foi diretamente atravessada por períodos de extrema agitação social e política e pela urgência de se fazer as coisas.

A gestão de Serra na UNE também se caracterizou de forma diferenciada da anterior, no que tange à mobilização do ME frente à discussão da reforma universitária. Seu mandato privilegiou a politização dos estudantes, enfatizando a integração estudantil-camponesa, na qual a UNE se fez presente em campanhas nacionais de alfabetização de adultos e campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, por exemplo. A questão posta em tela pela *Carta do Paraná*, no tocante à responsabilidade estudantil pela produção e divulgação de cultura autenticamente nacional, galga a criação – ainda em 1961 – do Centro Popular de Cultura (CPC).

Este seria um instrumento não só de divulgação ou de produção da cultura popular, mas também a base da “libertação de um povo, a construção de sua cidadania” (POERNER, 2004, p. 184).

Em 13 de março de 1964, apenas poucos dias antes do golpe militar, é organizado um comício⁵ pelas reformas de base. Tal comício não só promoveu o encontro estudante-operário, tão preconizado pela AP, como também nele Goulart se colocou numa posição crítica em relação a concentração de latifúndios, ferindo um dos pilares estruturais do Brasil, e também em relação ao imperialismo que se fazia presente através de refinarias particulares (POERNER, 2004, p. 185).

1.2. Eis que chega a Roda Viva... E carrega a roseira pra lá...

O golpe militar fora bem-vindo para garantir a **sua** participação política. **Seus** direitos e prerrogativas. Para deter a inflação, preservando, porém, o **seu** poder aquisitivo (AARÃO-REIS, 1988, p. 12).

A ditadura militar que se instaurou no Brasil em 1964 – e que apresenta paralelos com outras ditaduras implantadas na América Latina – autojustificou-se ideologicamente com a idéia de proteção da nação. Esse foi o legitimador de um dos períodos com maior restrição de cidadania que nosso país vivenciou no século passado. Porém, a pergunta que se impõe para pensarmos esse período como uma construção histórica destoante das produções anteriores é: proteger de quê? Proteger o quê?

Como apresentado anteriormente, o Brasil vinha trilhando um caminho de acirradas discussões sociais, que tinham como questão central a autonomia/soberania nacional. Os movimentos sociais e de trabalhadores haviam conquista-

⁵ Os organizadores desse comício foram: UNE, UME, Ubes, Ames e DAs de diversas faculdades (POERNER, 2004, p.185).

do espaços e direitos, no período que precedeu o golpe. As conquistas das classes operárias e dos demais movimentos sociais foram tomadas pela classe dominante do país como uma ameaça “comunista”, ameaça “encontrada” em diversos outros países da América Latina e concretizada em Cuba (1959).

As lutas e conquistas construídas historicamente pelas classes trabalhadoras serviram como argumento para a ditadura militar escorar-se na idéia da “ameaça comunista”, encarnada na figura do então presidente João Goulart, e para afirmar-se enquanto instituição responsável pela “segurança” da sociedade brasileira.

Na realidade, Jango, como também era conhecido, havia feito um pacto com os setores populares, que, além de corroborar de certa forma essa imagem do comunismo, os fragilizou frente aos demais setores, atravessando o caminho da expansão monopolista do capital estrangeiro (COIMBRA, 1995, p. 5).

Dessa forma, as subjetividades produzidas nesse campo capitalístico deram um corpo ao anticomunismo, principalmente nas classes média e alta, construindo todo um maquinário para o enfrentamento do “perigo vermelho”.

Temos então em cena uma disputa entre produções subjetivas de ordens diversas, mas podemos localizar duas protagonistas. Uma relacionada a toda construção histórica do operariado e dos trabalhadores no Brasil, na qual alguns acordos, mesmo que embrionários, tiveram seus esboços iniciados, partindo também de toda uma história da esquerda brasileira, com suas disputas e embates. A outra também era historicamente construída, mas justamente pelos setores que sempre tiveram o poder de decisão até então, ou seja, os detentores dos meios de produção, do capital.

A classe média, contraditoriamente, a que compõe o maior contingente universitário, apropriou-se do discurso engendrado pelos que sustentavam o capitalismo daquela época e engrossou movimentos como as Marchas da Família com Deus e pela Propriedade, organizadas em diversas capitais do país (COIMBRA, 1995, p. 5).

Uma vez instalado, o regime ditatorial lançou mão de estratégias repressivas frente a todas e quaisquer ações que alimentassem alguma crítica ao modelo apresentado pelo novo governo. Um governo com um entendimento dualista da realidade, onde tudo que se diferenciava dele era tido como comunista e perigoso.

Assim, o golpe marca a tomada do poder militar no Brasil e sela o apoio de diversas instâncias da sociedade, tais como o empresariado nacional, grandes proprietários de terras, instâncias do alto clero da Igreja católica e também a classe média nacional. Vale ressaltar que o tipo de intervenção apoiada por essa frente de forças era, na sua maioria, pontual; o objetivo era apenas restabelecer a “ordem” e acabar com a ameaça do comunismo, da corrupção e do sindicalismo. Contudo, o que se foi delineando e tomando forma, a partir do golpe, foi um projeto no qual a hegemonia do grande capital internacional se arraigava, e que levou a ditadura a se estender por 20 anos.

Frente a essa violência objetiva e subjetiva, nos primeiros minutos do golpe militar ocorreu apenas uma pequena reação estudantil, não muito expressiva. Em contrapartida, no dia seguinte à vitória do golpe, o prédio da UNE foi queimado pela repressão; inquéritos policiais-militares foram instaurados pelo governo (que, por seu turno, não chegou nenhuma conclusão), eleições indiretas e o bipartidarismo foram instituídos e, no final do ano de 1964, aprovou-se a Lei Suplicy que, além de impor-

tar um modelo tecnicista de educação superior, tinha por objetivo submeter ao controle “externo” as entidades representativas do ME.

Todavia, passado pouco tempo, os militares criaram campos de desagrado junto a alguns grupos que o balizavam, sobretudo a classe média. Dentre outros aspectos, a situação social e política encontrava-se sob as marcas de arrocho salarial, os sindicatos sob intervenção, vivia-se uma inflação de 40% ao ano, que Delfim Netto prometera reduzir para 25% (VENTURA, 1988), e tudo isso gerava insatisfação e oposição ao golpe militar. Aarão-Reis (1988, p. 12), ao abordar o assunto, afirma: “A classe média se sentiu traída. E a sua amargura estimulou a luta e o protesto dos estudantes”.

Assim, em 1965, um ano depois da instauração do regime militar, os estudantes já se expressam de forma mais articulada e alguns acontecimentos marcam tal articulação, como: a vaia ao general-presidente Castelo Branco na UFRJ; a derrota da Lei Suplicy pela ampla maioria dos estudantes⁶; a passeata contra o Ato Institucional n° 2, no Rio de Janeiro; e a luta dos estudantes em defesa da Universidade de Brasília – Unb (AARÃO-REIS, 1988).

O ano de 1966 deu seqüência a essas articulações. A passeata de calouros em Minas Gerais teve por resposta ataques de policiais militares, o que, segundo a análise de Aarão-Reis (1988), gerou forte reação, com os principais centros estudantis dando início a movimentos de solidariedade. Ainda nesse ano, a UNE se reuniu na clandestinidade para eleger nova diretoria; seqüências de manifestações contra a ditadura ocuparam as principais cidades do país – denominada “Setembrada” – e diversas reações estudantis ocorreram na Faculdade de Medicina da UFRJ, contra

⁶ FÁVERO, M.L. A NE em Tempos de Autoritarismo, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994

tropas da polícia militar, culminando com o espancamento e a prisão de centenas de estudantes (AARÃO-REIS, 1988).

Nesse clima quente, em 1967, a UNE organizou seu Congresso na cidade de São Paulo. Vale ressaltar que esse ano era o primeiro do governo do general Arthur Costa e Silva (1967-1969), que se dizia favorável ao restabelecimento do diálogo com a sociedade – ou seja, favorável à uma abertura política limitada.

1968 foi definitivamente marcado por diversos acontecimentos, não só no Brasil como no mundo. E o ME brasileiro não se eximiu dessa fervura de acontecimentos, que extrapolou os limites do ME, respingando em diversas classes e categorias sociais. Em 28 de março de 1968, a Polícia Militar invade o restaurante Calabouço⁷, o que resulta na morte do estudante Edson Luis de Lima. Longe de entendê-lo como um mártir do movimento, ao nos depararmos com toda a mobilização gerada por essa morte, em âmbito nacional, e com as reações geradas em diversas instâncias e esferas governamentais, podemos entendê-la como um rompimento definitivo do “acordo” da classe média com o regime.

Esse “respingo de fervura” gerou uma mobilização e ondas de protestos em âmbito nacional. Não só os estudantes, que porventura se identificaram com o fato, mas também os relatos que outros segmentos da própria classe média emitiram no acompanhamento do velório e enterro no cemitério São João Batista, em Botafogo, atestam o desagrado com o regime, segundo Aarão-Reis (1988) e Ventura (1988):

O pessoal do teatro voltaria a greve em protesto contra o assassinato de Edson Luis, em março. Dali em diante, todas as grandes manifestações estudantis, estariam presentes atores, cineastas, músicos, escritores, jornalistas, profissionais liberais (AARÃO-REIS, 1988, p. 20).

⁷ Restaurante que acolhia universitários e em especial os secundaristas com pouca renda e que fornecia almoço a um valor mais acessível para essa categoria.

A cidade inteira se comovia e reclamava pela vida de um menino. O céu escurecia, estava anoitecendo; logo, as luzes iam-se acender. Mas não acenderam... Os veículos parados ao longo das pistas, aqui e ali, começaram a acender seus faróis. Em seguida, alguém arranjou um jornal, torceu-o e improvisou uma tocha. Em seguida, elas se multiplicaram. Queimavam rápido de mais, porém. Nas janelas dos edifícios, em diferentes alturas, os moradores começaram a acender velas, ou desciam para oferecer lanternas. Na porta de uma loja, um comerciante distribuía velas e fósforos (MACHADO *apud* VENTURA, 1988, p. 102-103).

Gabeira (1984) analisa o fato, sinalizando discursos e posturas muito diversas frente à repressão que se impunha juntamente com a ditadura. O autor nos apresenta essas diferenças quando descreve a chegada do corpo de Édson Luís na ALERJ:

Se tivéssemos o poder de voltar atrás e recolher todos os discursos da época, talvez pudéssemos perceber ali que estavam sendo faladas duas línguas distintas. Uma, a dos partidos que sabiam o que fazer, que tinham sua tática e sua estratégia, e analisavam o episódio dentro da sua lógica, mais geral. A outra das pessoas que iam passando, que não dispunham de nenhum programa global para salvar nenhum país, mas que se sentiam sufocadas por mil problemas cotidianos, pelo medo, pela pobreza. Uma gente cheia de vida, capaz de subir nas escadas da Assembléia e dizer que assim não dava mais, que o preço dos aluguéis estava muito alto, que o custo de vida tinha de parar de subir (GABEIRA, 1984, p. 78).

Com essa mobilização, é posta uma situação nova: “Ficou claro que o movimento estudantil não estava só” (1984), que o “enterro de Édson Luís havia transcendido aquelas pequenas multidões compostas apenas de estudantes enxertados pelos jovens trabalhadores dos escritórios do centro da cidade” (p. 78).

Ao nos depararmos com esses relatos, dentre outros, transmitidos por diversas observações, e distintas bocas e mãos, é importante perguntar: mas afinal, de contas, quem era Édson Luis? Quem nos responde é Ventura (1988, p. 104-105):

Longe de ser um líder, Édson Luís era, como muitos de seus colegas, um daqueles jovens que vinham do interior tentar estudar no Rio, sobrevivendo graças à alimentação barata do Calabouço. Para estudar, Édson Luís era obrigado a recorrer a pequenos expedientes, inclusive na limpeza do restaurante. Ele não tinha nenhum dos componentes míticos para sonhar em ser o que acabou sendo: um mártir.

Édson Luis, estudante do interior, precisava trabalhar para se manter no Rio de Janeiro, ou seja, era um entre inumeráveis estudantes, que se vinculavam a outros registros, justamente para poder se manter, também, enquanto estudante, um “mero indivíduo” (FIGEIREDO, 1993), qual seja, um homem de “precária e muito discutível independência de vínculos e obrigações, [como homens] reduzidos à condição de objetos de uso alheio e submetidos a formas autoritárias de controle” (FIGUEIRREDO, 1995, p. 38).

Contudo, sua morte o catapultou a operar um outro modo de subjetivação: “sujeito”. Tal afirmativa se baseia na discussão de Figueiredo (1995), na qual ele trata justamente desses processos de assujeitamento, que “requerem, ao menos de algum momento e em alguma medida, uma ruptura violenta com o universo das pessoas, das relações familiares, das amizades, das histórias e nomes próprios etc.” (p. 71). Infelizmente, o processo de “assujeitamento” que Édson representou – tornar-se sujeito – só foi possível às custas de sua vida. Mesmo porque o grande impacto dessa situação se deu justamente porque se tratava de um “mero indivíduo”. Sujeito esse impedido de atuar nesse lugar devido a sua morte, mas potente ao ponto de catalisar forças dos mais variados setores da sociedade para o enfrentamento à repressão, como pudemos observar nos relatos supracitados.

No clima construído nas manifestações sobre a morte de Édson Luis, a “sensação de iminente democratização fez com que muitos perdessem o medo e decidissem dar a sua parte para a construção de uma sociedade mais livre e justa no Brasil” (POERNER, 2004, p. 270). Apesar desse “clima de democratização”, as manifestações continuavam tendo como eixo central a violência, o autoritarismo e intervenções repressivas do governo. Contudo, esse cenário foi propício para a realização de diversas manifestações que, definitivamente, marcaram a trajetória do ME.

Cabe elencá-las no presente trabalho, para que possamos entender a intensidade com a qual o ME, a partir de então, em conjunto com outros setores da sociedade, lutava contra o autoritarismo.

Em 1º de abril de 1968, ocorreram movimentações de cunho irônico, nas quais se “comemorava” o aniversário de quatro anos da ditadura. Em junho, as reivindicações estudantis ocupam cada vez mais as ruas, e a principal pauta era a crítica à política educacional do governo. No decorrer desse mês, acontecem várias movimentações em algumas importantes universidades do Brasil: em 5 de junho, 16 mil estudantes entram em greve na UFRJ; no dia 7, há uma concentração de estudantes na reitoria da USP, promovida pela UEE; em 20 de junho ocorre repressão policial violenta e reação dos estudantes. Em 21 de junho, têm curso manifestações em várias cidades brasileiras – invasão da UnB, em Brasília, e a ocupação da Faculdade de Filosofia, em São Paulo – além da manifestação conhecida como “Sexta-feira Sangrenta”. Segundo Ventura (1988, p. 135):

A “sexta-feira sangrenta” desenrolou-se em duas etapas. Na primeira, que começou de manhã com concentrações estudantis em três pontos do Centro da cidade, ocorreram os distúrbios de sempre. Vladimir chegou à Praça Tiradentes com seu grupo às 8 horas da manhã. Pela primeira vez se marcava uma concentração naquele local pouco indicado, porque amplo e aberto. “Não sei se foi por excesso de segurança nossa”, ele explica, “ou porque eu tinha decidido que não dava para fazer mais nada escondido”.

Ao ler relatos de Vladimir, uma liderança estudantil do período, sobre a referida manifestação, chamou-nos atenção o fato de que a manifestação seguiu sem a necessidade da presença física de lideranças. Vladimir relata sua surpresa quando, já no Leblon, alguém informou que continuava a agitação protagonizada pelos estudantes do Calabouço, liderado por Elinor Brito, e a da Universidade Rural, que che-

gara atrasada. “[...] O comando da batalha tinha mudado de mãos: a praça era do povo no Centro da cidade.” (VENTURA, 1988, p. 137).

A partir desse relato, fica mais claro o que Aarão-Reis descreve acerca de seu entendimento sobre a representação do líder de ME:

Os dirigentes estudantis não eram apenas porta-vozes de um descontentamento difuso, mas lideranças de aspirações enraizadas no cotidiano de estudantes e professores. Daí sua legitimidade e o melhor nível de organização demonstrado por universidade, por faculdade, em cada turma (AARÃO-REIS, 1988, p.16).

Assim, 1968 foi um ano marcado por inúmeros embates violentos entre estudantes e as forças policiais, nos quais “o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública” (VENTURA, 1988, p. 142). De acordo com as análises que Ventura compilou em seus escritos, essa perda de terreno se deu mais por inabilidade própria do governo do que por esquemas arregimentados pelo adversário, acelerando “o que na época se chamava de ‘ascenso do ME’” (VENTURA, 1988, p. 142).

Outros atores também perderam espaço: o relato de Vladimir Palemira sobre o significado da Assembléia no Teatro de Arena da Faculdade de Economia, na Praia Vermelha, foi “a quebra do autoritarismo e do rompimento do domínio absoluto que os professores detinham na universidade até os anos 60.” (VENTURA, 1988, p. 139).

Em 26 de junho de 1968, apenas cinco dias após a Sexta Sangrenta, é realizada a Passeata dos Cem Mil. Nessa manifestação, apesar de não ocorrer intervenção mais ativa do governo, a tônica dos discursos foi a crítica à violência contra a sociedade civil, que se fazia presente não somente nos discursos dos manifestantes, como também nos jornais de grande circulação. Como nos relata Valle (1999, p.

113), em sua pesquisa: “[embora] a passeata seja realizada sem a intervenção da Polícia Militar – ‘pacificamente’, como é divulgada –, a violência é a grande tônica dos discursos”.

Dessa manifestação foi retirada uma Comissão Popular, que juntamente com o ME, apresentou exigências ao governo para serem atendidas no prazo de uma semana. Essas exigências consistiam na “libertação de todos os presos políticos [...], estudantes ou não, reabertura do Calabouço, anulação da censura aos teatros e reforma da universidade nos moldes propostos pelos estudantes” (JORNAL DA UEE, jul. 1968, p. 3 *apud* VALLE, 1999, p. 116).

Devido ao não-cumprimento das exigências encaminhadas pelo ME e Comissão Popular, a manifestação conhecida pelo nome de Passeata dos 50.000 foi puxada em 4 de julho – também poupada da presença de Policiais Militares.

Nessas manifestações pode-se localizar um poder de aglomeração com a participação popular. A esse respeito, Valle (1999, p. 136) salienta:

Tamanha adesão popular, optando até mesmo pelo enfrentamento, parece conferir viabilidade ao movimento antiditatorial. Tanto que as discussões teóricas sobre a luta política do ME só serão divulgadas agora pela grande imprensa, pois estão respaldadas pela prática.

Foi nesse clima de apoio popular que a UNE, já na clandestinidade, articulou seu XXX Congresso, em Ibiúna, no interior de São Paulo. Contudo, antes mesmo de seu início, os delegados do ME presentes foram denunciados pelos habitantes da pequena cidade, provavelmente apavorados com a presença de quase mil “terroristas”. Salientamos essa palavra, justamente pensando na produção que ocorria numa cidade interiorana, acerca dos acontecimentos nas grandes metrópoles. A única informação que provavelmente chegava àquela cidade vinha filtrada pelos órgãos do

governo, e o conservadorismo intrínseco à cidade pode se detectar no trecho que segue:

O homem ficou desconfiado. Viu alguns rapazes armados. Voltou depressa para Ibiúna, foi logo falar com o delegado. [...]

- Acho que de estudante essa turma não tem nada. Para mim, são guerrilheiros. Não falam que tem um monte de barbudos?

- Em guerrilheiro eu não acredito. O sujeito que foi lá não disse que muitos estavam armados? Eu acho que a casa está cheia é de ladrão de banco, toda essa turma que a polícia de São Paulo anda procurando e não consegue prender nunca (JORNAL DA TARDE, 14 out., 1968 *apud* VALLE, 1999, p. 199).

O congresso não foi concluído, muitas lideranças foram presas, cerca de setecentas, e esse golpe do governo, que desestabilizou um dos grandes articuladores da resistência à repressão – os estudantes –, fez com que ela acabasse de se fragmentar, abrindo campo para a afirmação do regime em questão.

Apesar da tentativa de reconfiguração da resistência, a instauração do AI-5 veio a galope, sendo instituído em 13 de dezembro de 1968. Tal ato, além de representar um retrocesso em todas as conquistas políticas da sociedade civil organizada frente à democratização do país, encerrou com a potencialidade do ME naquela conjuntura - também conhecido como “o golpe dentro do golpe”.

Mas os anos 60 também foram palco para uma conturbada disputa de sentido de mundo, e é preciso entendê-la para que se possa dimensionar a violência física e simbólica sofrida pelos modos de subjetivação “marginalizados pelo capital”...

*É de manhã, vem o sol, mas os pingos da chuva que ontem caiu
Ainda estão a brilhar, ainda estão a bailar ao vento
alegre que nos trás esta canção
Quero que você me dê a mão
Vamos sair por aí sem pensar no que foi que sonhei,
que sofri, que chorei
Pois a nossa manhã só nos fez esquecer
Me dê a mão, vamos sair pra ver o sol*

*É de manhã, vem o sol, mas os pingos da chuva que
ontem caiu
Ainda estão a brilhar, ainda estão a bailar ao vento
alegre que nos trás esta canção
Por aí, sem pensar no que foi que sonhei, que sofri,
que chorei
Pois a nossa manhã só nos fez esquecer
Me dê a mão, vamos sair pra ver o sol
Quero que você me dê a mão
Vamos sair por aí sem pensar no que foi que sonhei,
que sofri, que chorei
Pois a nossa manhã só nos fez esquecer
Me dê a mão, vamos sair pra ver o sol
É de manhã...
(Tom Jobim)*

1.3. Conjuntura e clima de época

[...] a aventura dessa geração não é um folhetim de capa-e-espada, mas um romance sem ficção. O melhor de seu legado não está no gesto – muitas vezes desesperado; outras, autoritário – mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas [gerações] – certamente nenhuma depois dela – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos (VENTURA, 1988, p. 14).

A tentativa supracitada, de conceituar a geração que protagonizou a resistência ao regime militar, nos remete à importância de nos aventurarmos num passeio pelos contextos e acontecimentos da época para entendermos o vigor, não só do ME, mas dessa geração que até hoje fascina e habita imaginários. Ainda sobre essa geração, Ventura (1988, p. 15-16) continua seu relato, apontando-nos que...

Os nossos “heróis” são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandrê, viam Gláuber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais – reais e ideológicos – por não terem evitado o golpe militar de 1964. Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao *político*: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento.

O período que precede 1968, atravessando, inclusive, o ano da deflagração do regime militar no Brasil, foi produtor de críticas à ordem estabelecida e novas propostas de comportamento e de formas de se estar no mundo foram sendo construídas e experimentadas – novos modos de subjetivação estavam sendo engendrados, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Ventura (1988) relata tal fenômeno mundial, ou seja, a geração de 1968, utilizando como metáfora os olhos de Simone de Beauvoir e Sartre, que vivenciaram em suas juventudes as mobilizações juvenis do período da II Guerra Mundial:

Em maio de 68, seus olhos já sexagenários puderam se espantar de novo, vendo um fenômeno parecido, muito mais ampliado, na mesma Paris. Os jovens de 20 ou 25 anos não se contentavam mais em se apossar do futuro. Com igual paixão, e gestos mais decididos de que os dos seus predecessores do pós-guerra, eles queriam dominar o presente, e não só a França. **Movida por uma, até hoje misteriosa sintonia de inquietação e anseios, a juventude de todo o mundo parecia iniciar uma revolução planetária** (VENTURA, 1988, p. 43, grifos nossos).

Ventura (1988) também destaca as especificidades existentes entre os contornos experienciais, principalmente com a juventude francesa, que até os dias atuais é referência mundial do período. Registra, justamente, a distância entre essa experiência em locais historicamente diferenciados:

Ao contrário do movimento francês, não se lutava no Brasil contra abstrações como a “sociedade de opulência” ou a “unidimensionalidade da sociedade burguesa”, mas contra uma ditadura de carne, osso e muita disposição para reagir. As barricadas de maio de Paris talvez não tenham causado tantos feridos quanto a “sexta-feira sangrenta” do Rio, para citar apenas um dia de uma semana que ainda teve uma quinta e uma quarta quase tão violentas (VENTURA, 1988, p. 134).

Diante do explicitado acima, cabe ressaltar que a experiência francesa também foi muito importante no que tange aos questionamentos às instituições em “de-

cadência”⁸ da referida época. Contudo, por ter uma história tão diversa da do Brasil, a experiência desse período foi diferenciada. Família, valores, idéias, formas de produção e acumulação de capital, governabilidades, enfim, formas de codificar o mundo começaram a perder os contornos que sustentavam seus pilares: as instituições perderam seu caráter inquestionável – apesar de ainda muito presente nas produções de subjetividade atuais. Na França e em muitos outros países, a crítica à sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1998) foi dura, o que gerou, pelo menos para o imaginário jovem, uma espécie de vacância de instituições formadoras de subjetividades hegemônicas, permitindo que formas outras de se entender o mundo “ganhassem mais terreno”.

Todavia, no Brasil, como em muitos outros países da América Latina, vivia-se um regime que, além de ser disciplinar, utilizava práticas repressivas – ou soberanas (Foucault, 1998) –, na tentativa de minar as resistências. Contudo, como para Foucault (1998) o poder é produtor, essa situação ditatorial nos leva a pensar que a hegemonia capitalista encontrava-se em crise nesses territórios latino-americanos. Na realidade, pode-se afirmar que nos países periféricos e semiperiféricos, as contradições eram de tal ordem, a radicalidade das lutas era tão intensa, que a tomada do governo pelos militares não deu conta de amainar a crise. Essa impossibilidade de “colocar o país nos eixos do capital estrangeiro” fez com que os militares avançassem para o uso de um amplo espectro de ações repressivas, adotando a violência e a tortura como práticas de proteção ao território nacional. Assim, para a juventude brasileira, principalmente aquela que se identificava com outras produções subjetivas a meta era, no mínimo, tripla: uma luta de vida e morte contra o aparato repres-

⁸ Cabe ressaltar que a decadência das instituições, longe de ser um fato, é/era uma leitura da conjuntura da época, tendo em vista as diretrizes do governo de De Gaulle).

sivo, uma luta contra os inúmeros dispositivos disciplinares, que travassem a liberdade e a criação e, o que possivelmente era o mais difícil, articular tudo isso.

Em relação às lutas pela mudança de hábitos, costumes e instituições, há muito o que descrever. Uma das metáforas utilizadas por Ventura (1988) para abordar o ápice da indefinição de modelos de tal momento, e da tentativa de construção de novos parâmetros de comportamento e de vida, foi a descrição de uma festa de *réveillon* ocorrida na casa do casal Luís e Heloisa Buarque de Hollanda.

Ventura comenta tal evento como um sinalizador das mudanças que estavam por vir no decorrer de 68. Entendemos que ele tomou essa festa como “início de seu texto”, justamente por se tratar de um casal, que por mais progressista que fosse, fazia parte de uma família tradicional da cidade do Rio de Janeiro. Na festa, ocorrida na passagem de 1967 para 1968, os comportamentos exacerbaram os limites preestabelecidos pela sociedade, que foram desde brigas públicas de casais, até a depreciação do local de sua realização. Assim, muitos tabus foram quebrados nessa festa, em período marcado por embates de todas as ordens. Segundo Ventura (1988, p. 28):

[...] houve muitas hipóteses para tentar explicar aquela explosão de sexualidade, violência, prazer e ansiedade, que marcou tanto as reminiscências da época. É possível realmente que o “Réveillon da casa da Hellô!” tenha condensado, como metonímia, o país de então [...]o fim de uma época e não, infelizmente, o começo de uma nova”.

Com isso, vale a pena passearmos por alguns, já que infelizmente não poderíamos contemplar todos, desses rompimentos com a subjetividade hegemônica, denunciando suas falências e abrindo possibilidades para que novas formas de se estar no mundo fossem experimentadas... Como nos aponta Coimbra (1995, p. 5):

Se por um lado estes processos de subjetivação tornam-se dominantes, já nos quatro primeiros anos dos 60 havia sido iniciado o desen-

volvimento de modos de subjetivação singulares, principalmente na juventude universitária de classe média, através de [...] movimentos sociais. Conseqüentemente, surgem posturas e comportamentos que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas; ‘todos esses modos de manipulação e de telecomando.

1.3.1. Novo conceito de feminino: a mulher dando contorno no seu próprio corpo

O lugar da mulher, na sociedade capitalista, já vinha sofrendo deslocamentos desde a industrialização, mesmo que precária, no Brasil. A mulher, cuja função era de cuidar da família no espaço restrito ao lar; sofreu o impacto da força centrífuga do capital, que a puxou na direção da produção para a mais-valia obtida no emprego de sua força de trabalho nas fábricas. Contudo, a mudança de função social, ditada pela ordem do capital, por si só não seria o único determinante na mudança de mentalidade sobre a mulher.

Além de todos os questionamentos, interrogações e discussões acerca do estabelecido como papel da mulher, a década de 60 também foi marcada pela popularização de uma tecnologia que auxiliaria nessa “libertação”: a pílula anticoncepcional. Em um contexto onde se levantavam mais perguntas do que respostas, a pílula ganha significado libertador, já que permite que se vivenciem os prazeres do corpo sem preocupação com a gravidez. Essa tecnologia permitiu, então, que a mulher se apropriasse, além do trabalho, do seu corpo, e que os horizontes de subjetivações pelo feminino e sobre o feminino fossem ampliados. Podemos entender essa análise a partir das palavras de Ventura:

A moda – ou a vida que “pregava” essa geração de jovens mulheres entre 20 e 30 anos – consistia em questionar os valores institucionais que davam sustentação ao que chamavam com desdém de ‘casamento burguês’: a monogamia, a fidelidade, o ciúme, a virgindade. Na prática, isso significava para elas deixar a confortável condição de apêndice econômico, a segurança psicológica de um lar, e partir para a arriscada aventura da experimentação existencial, que se podia

traduzir na busca de uma profissão, em novas e descomprometidas relações, ou, às vezes, em um mergulho na solidão (VENTURA, 1988, p. 29).

Ou, ainda, como nos afirma Coimbra (1995, p. 6):

O casamento deixa de ser para elas a única perspectiva honrada de independência familiar. Exploram-se caminhos onde é fundamental a satisfação pessoal nos relacionamentos com outras pessoas, desde a sexualidade até o trabalho. Este deixa de ser uma mera ocupação provisória para tornar-se “uma via legítima de realização pessoal e afirmação da própria independência. A reprodução torna-se, até certo ponto, uma opção”.

Essa experimentação não se encerrava aí, muito menos ficou circunscrita ao sexo feminino, “experimentava-se em todas as áreas, quase sempre pelo simples prazer da descoberta” (COIMBRA, 1995, p. 29). Ou ainda, a geração que se formou nesse período não só se permitia experimentar coisas novas, ou as mesmas coisas de uma forma outra, mas tudo isso trazendo a política para o comportamento – e novos comportamentos para a política (VENTURA, 1988).

1.3.2. Novas conceituações artísticas e literárias: que juventude é essa?

O clima de transformação e indefinição da época pode ser verificado tendo como parâmetro, por exemplo, o Festival de Cinema Amador do Jornal do Brasil, no qual, em 1965, ano de sua criação, os 40 filmes inscritos tinham por tema a miséria e o processo de favelização. Já em 1968, 27 filmes foram selecionados, de um universo de 47, cuja temática era voltada mais para sexo, política e violência. Inclusive, foi o ano em que, pela primeira vez na história do festival, a censura se fez presente⁹ (VENTURA, 1988).

⁹ O filme censurado foi o vencedor do ano anterior: *Falência*, de Ronaldo Duarte (VENTURA, 1988).

Um aspecto curioso, apontado por Ventura (1988, p. 51), é que “a geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil – pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer mais que vendo”.

Na verdade, a geração de 68 teve com a linguagem escrita uma cumplicidade que a televisão não permitiria depois. O *boom* editorial do ano indica um tipo de demanda que passava por algumas inevitáveis futilidades, mas se detinha de maneira especial em livros de densas idéias e em refinadas obras de ficção. Nas listas de *best sellers*, constam nomes como Marx, Mao, Herman Hesse, Normas Mailer e, claro, Marcuse (VENTURA, 1988, p. 54).

Todavia, deve-se complementar o sentido dessa “leitura” para essa geração, que ganha uma densidade diferenciada em relação aos dias atuais. A leitura produzia nessa geração novas possibilidades de entendimento do mundo, do corpo, da sexualidade – enfim, da vida, em contrapartida às leituras atuais, que muitas vezes funcionam como mera “acumulação de capital simbólico e intelectual”, em que teoria e prática se dicotomizam.

Contudo, é importante assinalar que a geração de 68 a que Ventura faz referência pertence a grupos específicos: jovens engajados no ME, artistas, cineastas e operários, em alguns momentos. São perigosas, portanto, algumas afirmações tratadas anteriormente sobre a geração 60, pois correm o risco de generalizações indevidas. Na verdade, essas generalizações são perigosas para o grupo de referência. Gabeira (1984), por exemplo, nos apresenta um relato de sua experiência na esquerda dessa época, que não lembra em nada a geração disposta a rompimentos e criações. Para ele, um determinado extrato dessa geração se perdeu “em nome da coletividade”:

Na verdade, o assistente tinha um profundo desprezo pelas necessidades pessoais. Ele fora educado numa tradição marxista economi-

cista, onde a economia não era apenas o fator essencial, mas era tudo; onde as classes sociais não apenas definiam a história, mas pressupunham o completo esmagamento do indivíduo... os burocratas de esquerda são muito cinzentos (GABEIRA, 1984, p. 183).

Onde estavam o desejo e as necessidades subjetivas? Para o autor, questões que fossem de ordem individual não tinham lugar na militância da referida época, eram vistas como fraquezas ideológicas e tinham que ser exterminadas o quanto antes para não contaminar o plano maior: a utopia do comunismo.

Kafka é um pequeno burguês, mas nem todo pequeno burguês é Kafka. Nosso quadro teórico nos permitia apenas explicar as determinações sociais que operam o indivíduo. Mas não tínhamos a mínima idéia das múltiplas mediações que são colocadas pela vida pessoal de cada um, ao receber essas influências sociais (GABEIRA, 1984, p. 69-70).

Enfim, tentar conceituar uma geração é uma tarefa difícil, especialmente a dos anos 60, quando ocorriam fortes embates entre as maquinarias produtoras de sentido de mundo...

1.3.3. Censura

*...Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta...*

(Cálice, Chico Buarque)

Nos anos do regime militar que antecederam os anos de chumbo, pairavam ameaças de censura, em que os riscos de retrocesso se localizavam com mais vigor no setor cultural vigilante e cada vez mais consciente da necessidade e da possibilidade de resistência (VENTURA, 1988). Vários setores culturais sofreram com o im-

pacto, mesmo que em alguns casos com diferentes intensidades, com a censura sendo utilizada como uma das ferramentas para controle das massas pelo governo.

Para falar sobre a censura, optamos por ampliar a visão referente apenas à proibição e vislumbrar seus efeitos, não só na forma com que a cultura passou a se apresentar, o novo lugar social que passou a ocupar, como também as subjetividades engendradas nesse novo arranjo. Aventurarmo-nos em outros campos e outros saberes faz-se urgente!

Se em um plano podemos entender a censura como repressão de idéias inovadoras e progressistas no campo da cultura, em outro podemos perceber tal corte como um dispositivo produtor hegemonia de certos “estilos culturais”, já que “são criadas, pós-64, as principais instituições estatais que organizam e administram a cultura nas diferentes expressões” (ORTIZ, 1985, p. 85). Ainda segundo o mesmo autor:

A presença do Estado se exerce ainda, e sobretudo, através da normatização da esfera cultural. A partir de 1964 são baixadas inúmeras leis, decretos-leis, portarias, que disciplinam e organizam os produtores, a produção e a distribuição dos bens culturais – regulamentação da profissão de artista e de técnico, obrigatoriedade de longas e curtas-metragens brasileiros, portarias regularizando o incentivo financeiro às atividades culturais (ORTIZ, 1985, p. 88).

Enquanto o autor acima citado pensa na relação entre Estado e produção cultural, na qual a censura passa a ser um instrumento dessa produção para a população, podemos ir um pouco mais além. Por que não pensar que o Estado iniciou nesse período uma apropriação da maquinaria de produção de subjetividade no campo da cultura? Em outras palavras, o Estado entra em cena para definir e distribuir a cultura ao povo.

Durante o período 64-80 a censura não se define tanto pelo veto a todo e qualquer produto cultural, mas age primeiro como repressão

seletiva que impossibilita emergência de determinados tipos de pensamento ou de obras artísticas (ORTIZ, 1985, p. 89).

É muito importante apontar esse deslocamento de eixo no cenário de falência de algumas instituições... Contudo, é importante ressaltar que se mantém até os dias de hoje, não mais com cortes proibitivos diretos, a especificidade intrínseca ao capitalismo: o corte de verbas (fazendo com que produções culturais ditas alternativas fiquem restritas a um público específico).

Nesse primeiro momento, em que a censura (enquanto proibição) não se fazia tão clara, sendo permitido pelo Estado autoritário um “engajamento consentido”, como nos esclarece Coimbra (1995, p. 8), ao descrever os caminhos culturais e seus públicos no período de 1964 a 1969. Podemos pensar a esse respeito quando a autora afirma que, “apesar da ditadura, há uma hegemonia cultural da esquerda, que é o traço mais visível deste panorama brasileiro de 64 a 69. Entretanto, a circulação de tais idéias é totalmente bloqueada às classes populares.”

Esse fato nos aponta, para uma resposta plausível em relação a uma suposta contradição, nesse contexto do regime militar, entre a censura e a vasta produção cultural brasileira. Podemos elencar algumas das movimentações culturais que marcaram, e ainda marcam, o Brasil e que foram justamente produzidas nesse contexto. O show Opinião, estrado em dezembro de 1964; Arena canta Zumbi, O Fino da Bossa, os filmes “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”, “Terra em Transe”, peças teatrais como Roda Viva... enfim, obras das mais variadas áreas culturais, e que são expressões das subjetividades produzidas então. Podemos, inclusive, apontar para a Jovem Guarda, que entra nesse cenário cultural em 1967, como outra vertente que vai ganhando terreno no campo dessas produções de mundo.

A “sutileza” contida nessa apropriação, e principalmente na distribuição cultural no Brasil da época, a partir do deslocamento do eixo do controle cultural, abrem novos caminhos para pensarmos a resistência nesse campo. Justamente devido a essa sutileza, ainda havia “o perigo de se produzirem territórios singulares. Certas subjetividades podem se tornar singulares, pela negação aos instituídos, pelos novos encontros que podem propiciar...” (COIMBRA, 1995, p. 9).

O Movimento Tropicalista vem em outra direção, que rompe tanto com uma rigidez encontrada nos protestos culturais, quanto com a alienação apregoada pelas guitarras do iê-iê-iê, empunhadas pela Jovem Guarda, que “com seu conteúdo ao mesmo tempo alegre e agressivo, descobre o poder dos impulsos festivos e eróticos” (COIMBRA, 1995, p. 12).

Dentro do contexto da repressão militar, pensamos ser importante nos ater, justamente, nas estratégias construídas por artistas, para que suas produções chegassem ao maior número possível de público... E para isso tinham que passar pela censura.

Chico Buarque, por exemplo, relata, em seu DVD, que criou uma estratégia para que suas peças e músicas passassem pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) sem que o principal se perdesse: escrevia os textos das peças com uma quantidade exagerada de palavrões, já esperando que mandassem cortá-los em sua maioria, o que não feria o conteúdo de seu trabalho; e com a música a estratégia era parecida, escrevia letras enormes, como cápsulas, para proteger as quatro estrofes que realmente compunham a canção, ou assinava as canções com o pseudônimo de Paulinho da Adelaide.

Apesar da diferença no peso desse tipo de censura a que as artes estavam submetidas, no jornalismo tal repressão se dava de forma diferenciada. Em um pri-

meiro momento, os jornais da cidade se encontravam com posições definidas frente ao governo, como nos traz Valle (1999), em sua pesquisa de mestrado sobre a linguagem jornalística, ao retratar os fatos marcantes de 1968. Entretanto, tal situação não se sustentou por muito tempo e jornais que claramente agrupavam e divulgavam articulistas contra o governo foram desmantelados e fechados. Podemos citar dois com essas características: *O Correio da Manhã* e *Folha da Semana* – este último, além de fechado pelo Cenimar, teve seus diretores processados.

Com esse breve apanhado sobre a censura na ditadura militar, podemos localizá-la não apenas como uma proibição em si, mas como uma transição do capitalismo no território nacional, onde essa ferramenta entra em cena para “desenvolve(r) um mercado de bens simbólicos que diz respeito à área da cultura” (ORTIZ, 1985, p. 81).

Capítulo 2 - E O MOVIMENTO ESTUDANTIL HOJE? POR ONDE ANDA?



2.1. Voltando um pouco a fita...

Com a queda do 30º Congresso da UNE, em 1968, foi perdida não somente a diretriz de uma entidade (clandestina), mas sobretudo o potencial catalisador de diversos setores da sociedade frente aos desmandos da ditadura militar. O Ato Institucional nº5 (AI-5) é editado poucos meses depois (13 de dezembro de 1968), para aplicar o golpe na esquerda brasileira, que se prolongou por mais de dez anos. Além de seu conteúdo, que legitimou a repressão do Estado e perseguições políticas, tal ato aumentou o poder dos militares na condução do país.

Da parte do movimento, ainda existiam focos de resistência – a guerrilha armada, por exemplo. Contudo, o que se pôde observar, em linhas gerais, foi o aumento da repressão e o acirramento das diferenças na esquerda brasileira, que se fragmentou ainda mais.

O governo militar investiu numa feroz perseguição aos líderes estudantis, que culminou na máxima de Poerner (2004, p. 279): “Não havia mais condições mínimas para a sobrevivência do movimento estudantil, embora nunca tenham deixado de pipocar tentativas e ações isoladas”. Concretamente, o ME só retornou às ruas nove anos depois, em 30 de março de 1977, com a realização de uma passeata cujo percurso foi do *campus* da USP ao Largo de Pinheiros, na cidade de São Paulo. Na ocasião, as reivindicações estudantis consistiam em:

[...] mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular (com a limitação dos aumentos aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação); a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições impostas a colegas (sobretudo da PUC do Rio); o fim da aplicação indiscriminada – principalmente na Universidade de Brasília – da pena de jubramento aos estudantes de menor rendimento (em geral os mais pobres, que trabalham para custear os estudos) e a libertação dos colegas presos (POERNER, 2004, p. 281).

Dias depois da manifestação, Geisel, então presidente, lançou mão do “‘pacote de abril’ para fechar o Congresso Nacional, assegurar a maioria do partido governista e alterar a Lei Orgânica da Magistratura” (POERNER, 2004, p. 281). Essa manobra do governo logo se transformou em ponto de pauta das contestações estudantis, que passam a fazer frente, também, “às prisões de operários e intelectuais, à censura à imprensa, às medidas repressivas e todos os atos de exceção” (POERNER, 2004, p. 281). Os desdobramentos dessas ações culminaram num movimento dos estudantes em âmbito nacional:

Em abril, os protestos e greves haviam alcançado a PUC de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de Brasília, a Universidade de Vale dos Sinos, a Federal e a PUC do Rio Grande do Sul; até setembro, eles atingiram Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Limeira, Jundiá, Sorocaba, Santos, Bauru, Curitiba, Londrina, Florianópolis, Juiz de Fora, Viçosa (MG), Goiânia, Pelotas, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, Teresina, Belém e Manaus (POERNER, 2004, p. 281-282).

A pauta de reivindicações incluía, então, a anistia para os presos e exilados políticos, além da divulgação de carta aberta à população, denunciando as perdas salariais e de direitos ocorridas no período pela ditadura.

Em 3 de maio de 1977, ocorre em São Paulo um ato público com a adesão de sindicatos, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e do Movimento Feminino pela Anistia, em protesto contra a prisão de quatro estudantes e quatro operários que distribuía panfletos “alusivos ao transcurso do Dia do Trabalho”. Dois dias depois, em 5 de maio de 1977, no bojo da rearticulação estudantil acontece, também em São Paulo, uma passeata que reafirma o pleito do ato público anterior e marca a formação do Comitê 1º de Maio pela Anistia (POERNER, 2004, p. 282).

O argumento do governo não havia mudado: era necessário o aumento da repressão para a manutenção da ordem! Todavia, o clima político era outro:

[...] ante a opinião pública, a maturidade política dos estudantes, demonstrada não só através do equilíbrio das reivindicações quanto pela sistemática não-aceitação das provocações policiais, como a ridícula bravata do coronel Erasmo Dias no Viaduto do Chá: ‘Os estudantes só passarão por aqui se for por cima do meu cadáver’ (POERNER, 2004, p. 282).

Além da supracitada opinião pública referente à postura dos estudantes, o regime militar encontrava-se em franco declínio de popularidade. Podemos elencar alguns dos inúmeros motivos que podem justificar tal fato que vão desde o fracasso da política econômica, até um desgaste da imagem que o regime militar estava projetando internacionalmente, pois a manutenção do regime não mais interessava aos EUA. Segundo Poerner (2004, p. 283), “setores cada vez mais amplos da classe média, inclusive do empresariado, se sentiam [...] tão marginalizados quanto os estudantes, os operários, os camponeses e os assalariados em geral”.

O regime militar perdia apoio junto aos setores que haviam configurado suas bases de sustentação por ocasião do golpe, de modo que a luta travada pela oposição, em finais dos anos 70, angariava cada vez mais apoios.

Diante desse quadro, foi organizado o 3º Encontro Nacional de Estudantes, marcado para 4 de junho de 1977, em Belo Horizonte. Contudo, tanto o Ministro da Educação, Nei Braga, quanto o governador do estado, Aureliano Chaves, proibiram e inviabilizaram o encontro, que acabou se concretizando somente em 22 de junho de 1977, na PUC de São Paulo. A relevância desse encontro para o presente trabalho está no sentido de que foi nele que se decidiu criar a Comissão Pró-UNE, que se tornou um marco no processo de reorganização do movimento estudantil.

Além da repressão por parte do governo militar, problemas internos também dificultavam a luta estudantil, em especial sua fragmentação política, configurada na existência de muitas tendências políticas¹⁰ que, dentro do próprio ME, “divergiam, sobretudo, quanto ao encaminhamento, à tática e a prioridade de lutas” (POERNER, 2004, p. 286).

Ainda em 1978, dois projetos lei foram apresentados¹¹ à Câmara Nacional, abordando a reconstrução das entidades estudantis junto à sociedade civil, tomando como caráter principal a legalização da UNE. No entanto, as respostas às mobilizações estudantis, em geral, ainda eram duras e repressivas, condenando à ilegalidade tais movimentos, apesar de o AI-5 ter sido revogado, no início de janeiro de 1979.

¹⁰ As tendências com mais destaque nesse cenário eram: a Libelu, trotskista; Unidade que reunia o PCB e o MR-8 (Tendência Mãos à Obra); Mutirão, constituído pelas tendências Caminhando (PRC PCdoB), Refazendo (Ação Popular e Marxista Leninista, a APML, em que se transformara a AP) e a pernambucana Correnteza (PCR); Novação, trotskista aglutinando o PST (Partido Social Trabalhista) e o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), além de diversas organizações estaduais. Para mais informações, ver Poerner (2004).

¹¹ Os deputados que apresentaram tal proposta foram: Fernando Coelho (MDB-PE) e Hélio de Almeida (MDB-RJ).

Todavia, à revelia de suas dificuldades internas e da própria repressão, em 1978¹², o ME organiza o 4º Encontro Nacional de Estudantes, em São Paulo, e em 1979, ocorre o Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador.

O 31º Congresso da UNE contou “com a participação de mais de cinco mil estudantes, dos quais 2.304 eram delegados de 21 estados e do Distrito Federal” (POERNER, 2004, p. 289). Os temas responsáveis por 34 horas de articulações, conchavos e debates foram: “estatuto e carta de princípios, eleição da diretoria, situação da universidade, balanço e perspectivas de lutas estudantis, realidade brasileira e programação cultural e esportiva” (POERNER, 2004, p. 289). Ressalte-se que, frente à extensão das discussões propostas e aos problemas já aludidos, a pauta não foi cumprida, mas um dispositivo central para a reestruturação da UNE foi definido: a eleição da diretoria.

Quase às cinco da manhã, o veredicto: o plenário optara, entre dez propostas, pela eleição imediata de uma diretoria provisória de entidades (UEE-SP, DCEs das Universidades Federais da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Pará, da UnB e da PUC do Rio de Janeiro), com a eleição da diretoria definitiva, por urnas (inédita na trajetória da UNE), no segundo semestre (POERNER, 2004, p. 290).

No decorrer dessa história, embates junto ao legislativo continuavam a ocorrer, mais no sentido de garantir a legalidade da instituição representativa, pois sua existência já se constituía como um fato.

¹² POERNER, A. O Poder Jovem: História de participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o governo Lula, Rio de Janeiro, Booklink, 2004.

2.2. “E agora, José?” O ME no contexto neoliberal...

O estilo em um sentido mais amplo, a linguagem, as relações, inclusive as de trabalho e as sexuais, tudo, enfim, está em permanente transformação, para melhor ou para pior, dependendo do ponto de vista. Como é que a UNE, uma das mais antigas instituições republicanas, poderia permanecer inalterada? (POERNER, 2004, p. 311).

Fernando Collor de Mello fora eleito em 1989, na primeira eleição direta do Brasil, consolidando a queda da ditadura militar. A concorrência à Presidência da República polarizara-se entre dois candidatos que representavam, então, setores sociais marcadamente divergentes.

De um lado, Fernando Collor de Mello, candidato pelo PRN (Partido Republicano Nacional), angariava apoios de parte da população, com um discurso pautado na limpeza da corrupção – um dos pontos responsáveis pelo esgarçamento das relações da ditadura com setores da sociedade que a haviam sustentado – ficando, inclusive conhecido como o “Caçador de Marajás”.

De outro, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT (Partido dos Trabalhadores), que se imbuía, principalmente, de um discurso sobre a defesa dos direitos dos trabalhadores. Sua campanha à Presidência da República estruturou-se em cima sua história pessoal, ilustrada principalmente pelo relato de sua viagem de Pau-de-Arara do Nordeste até São Paulo, atrás do sonho de uma vida digna e de seu percurso enquanto metalúrgico no ABC, do enfrentamento de péssimas condições de trabalho que culminaram na mutilação de seu próprio corpo.

Oliveira (2001) nos ajuda a pensar sobre a importância dessa eleição, apresentando-a como um momento, na história da organização do poder das elites brasileiras, em que a classe dominante inicia uma forte articulação enquanto bloco hegemônico. Para o autor, baseado em Gramsci, a ditadura se apresenta como a ca-

pacidade total de dominar, mas também como a incapacidade de hegemonizar, pois “quando a sociedade civil, as forças do mercado, a burguesia não conseguem que seu processo de classe social seja consensualmente admitido [quando não conseguem hegemonizar] recorrem à força” (OLIVEIRA, 2001, p. 53). Na eleição de 1989, esse processo começa a ser revertido e inicia-se a concretização (até então apenas virtual) de unidade dos blocos dominantes, diante do risco da candidatura de Lula da Silva e do perigo da pauta política de as classes dominadas ganharem espaços, pois mesmo durante a ditadura “elas [classes dominadas] foram capazes de deslocar a política do eixo que o Estado autoritário fazia transitar para um outro eixo, para o eixo do desafio à ordem autoritária” (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Lula chegara ao segundo turno das eleições para Presidência da República com o voto de quase 50% do eleitorado e, naquele momento, “as condições virtuais de hegemonia, postas pelas condições estruturais da burguesia, passaram para a política” (OLIVEIRA, 2001, p. 58).

Acirrada a disputa presidencial, Fernando Collor, no último debate da campanha, torna pública informação sobre a vida de Lula que colaborou para a derrota deste nas urnas: Lula teria pedido, durante sua juventude, para que sua namorada grávida abortasse um filho.

Os efeitos gerados por essa informação denunciaram a direção para a qual o pêndulo dos modos de subjetivação estava se inclinando. Como na instauração, afirmação e sustentação da ditadura, o que estava em voga eram os modos de produção de subjetividades que podemos denominar **liberais**. Tais subjetividades produzem um mundo baseado, principalmente, em registros individualistas, onde valores morais burgueses, e no caso do Brasil, inclusive, cristãos – família, tradições e propriedade – ganham destaque.

Enfim, na corrida eleitoral de 1989, a divulgação de uma decisão pessoal do então candidato Lula, referente à gravidez de sua namorada, na juventude, foi decisiva para que perdesse a eleição. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito, diretamente pelo povo, após anos de ditadura militar. Oliveira (2001, p. 54) analisa esse resultado eleitoral como um “primeiro sintoma de que o longo e doloroso processo [de ditadura militar] havia logrado uma certa formação de uma classe dominante nacional”.

O discurso higienista de Collor – limpar o Brasil da corrupção, caçar marajás – não impediu que sua popularidade se desgastasse. Collor implementou diversas ações cujo alvo principal era eliminar direitos que a Constituição de 1988 havia formulado. Assim, conquistas individuais e públicas – fruto das mobilizações dos movimentos sociais, fermentadas no período da ditadura e consagradas na Constituição de 1988, com a abertura política no país – foram alvo de reformas, para as quais o governo Collor se utilizava do argumento neoliberal da falência do Estado.

Denunciado por corrupção pelo próprio irmão, Pedro Collor de Mello, iniciou-se um processo no Parlamento, nas ruas e na própria mídia, que culminou, em outubro de 1992, com a cassação de seu mandato.

Com as boas graças da população em geral, indignada com os escândalos que espocavam quase todos os dias, a campanha dos caras-pintadas [...] foi num crescendo que tingiu o Brasil de verde e amarelo, e, às vezes, de preto enlutado. Levou centenas de milhares de pessoas às maiores passeatas dos anos 90 [...] e só acabou com a derrubada do presidente e a posse de seu sucessor, Itamar Franco, em outubro de 1992 (POERNER, 2004, p. 300).

Por outro lado, como aponta Oliveira (2001), o *impeachment* de Collor também pode ser analisado como “mais uma espécie de demonstração de força e con-

solidação de um projeto burguês, que ainda não tinha acabado” (OLIVEIRA, 2001, p. 54).

Esse foi o cenário que desembocou na posse de Itamar Franco na Presidência da República, que, segundo Poerner (2004), manteve um bom relacionamento com os estudantes e sua entidade representativa – a UNE. Cabe destacar que em 17 de maio de 1994, pouco antes das eleições presidenciais, o presidente Itamar Franco assina protocolo para a devolução do terreno na praia do Flamengo à entidade estudantil UNE.

Também é nesse governo que Fernando Henrique Cardoso (FHC), como Ministro da Economia, lança o Plano Real no Brasil, cujo sucesso se deveu à valorização da nova moeda brasileira (por decreto) e da decorrente ilusão de que o real possuía o mesmo valor do dólar. Um alto preço ainda está sendo pago por essa ilusão, pois as medidas econômicas traçadas a partir do Plano deram vazão a uma entrada mais incisiva do país, que podemos denominar de ideário neoliberal.

Quando FHC implantou o Plano Real, a inflação já estava a 45% ao mês. De repente, nós assistimos, como que num passe de mágica, a inflação de 45% ao mês passar a 3%. Que mágica é essa? A mágica é a do policiamento externo controlando os preços internos. A condição é a de que a importação seja aberta e que o movimento de capitais seja livre (OLIVEIRA, 2001, p. 60).

No ano de 1994 – marco desta pesquisa – ocorre a segunda eleição direta para Presidência da República. Lula concorre outra vez, com um discurso eleitoral em tom semelhante ao da eleição anterior, o tom de proximidade com o operariado, o tom das classes dominadas. Contudo, a consistência adquirida pela burguesia para fazer frente ao movimento das classes dominadas, gestado na eleição de 89 e que ganhou consistência com o próprio *impeachment* de Collor, já era forte o sufici-

ente para que se empossasse um “autêntico” representante dessa burguesia. Conforme Oliveira (2001, p. 54):

Uma burguesia nacional detentora de um espaço de produção e de reprodução nacional, mas que inclui, certamente, vastíssimas porções do capital internacional. No Brasil, o capital internacional participa, com ela, do domínio deste espaço enquanto espaço de domínio de classe.

Entrava-se, assim, num cenário novo, com uma burguesia mais unificada, com um presidente mais legitimado para dar curso à adoção de reformas neoliberais que afetaram todos os espaços da vida societária, inclusive na educação.

2.3. Neoliberalismo e os recursos legais para o esvaziamento dos espaços de discussão

Uma das primeiras medidas tomadas para a redefinição do arcabouço jurídico-escolar recaiu sobre a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), em substituição ao então existente Conselho Federal de Educação. O CNE foi definido pela Lei n. 9131, de 24 de novembro de 1995, surgindo em meio ao processo de tramitação, no próprio Congresso, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que propunha, até então, a criação de um Conselho autônomo frente ao Executivo e que primasse pela ampla participação da sociedade civil nas suas deliberações. Todavia, segundo análise de Neves (1999, p. 136):

O CNE surgiu assim na contramão da história em processo [...surgiu] sem qualquer autonomia frente ao Executivo Central, [inscrevendo-se] no contexto político brasileiro, como órgão colaborador do Ministério da Educação e Desporto, na formulação da política nacional de educação.

Também por iniciativa do governo FHC é aprovada, em 21 de dezembro de 1995, a Lei n. 9.129, que consistiu na redução da “participação política dos estudantes e dos funcionários das universidades federais na escolha de seus dirigentes” (NEVES, 1999, p. 137). A aprovação dessa lei representou, além da perda da participação paritária em órgãos colegiados para alunos, funcionários e professores – conquistada em meio às lutas da abertura política do país, em diversas universidades –, o enfraquecimento do próprio caráter democrático da universidade, já que, a partir dela, a nomeação dos reitores e vice-reitores ficou a cargo do Presidente da República, a partir da lista tríplice elaborada pelos órgãos máximos das instituições (NEVES, 1999, p. 137).

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394, de 1996) também se deu num contexto de atropelamento das discussões e da proposta construída pelos movimentos sociais. O anteprojeto levado à votação representava os interesses educacionais de um Estado entregue à flexibilização, como nos aponta Valadares (2006, p. 73):

Como fruto de um golpe e não de um processo democrático de construção, a LDB traz em seu texto limitações para a gestão democrática que se fazem presentes na operação cotidiana do educar e dos fins a que se destina a educação pública, assim como nos corpos e subjetividades dos trabalhadores do setor.

Esses sucessivos “golpes” jurídicos criaram as bases para acontecimentos lastimáveis como o ocorrido, em 1998, quando foi nomeado José Henrique Vilhena como reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apesar de ter sido o menos votado na consulta para o cargo. Logo chamado de interventor, essa nomeação desencadeou fortes manifestações contrárias na comunidade universitária de todo o país, inclusive nos estudantes.

No entanto, essas e outras demonstrações de desagrado em relação ao governo, que não se ativeram ao campo educacional, obviamente, não foram suficientes para barrar a reeleição de FHC, alinhando o país, por mais quatro anos, na diretriz neoliberal. Assim, foram mais quatro anos de conseqüentes privatizações e desobrigações estatais, transmutando o Estado em mediador dos negócios da burguesia cujas fronteiras conquistam um *status* poroso, agora, principalmente, para o grande capital estrangeiro, colocando o país, maciçamente, na “era da globalização”, mas mantendo a mesma condição: a de explorado! Sobre essa conjuntura, Neves (1999, p. 138) afirma:

O Governo FHC preferiu seguir à risca o que já propugnavam claramente, desde os anos 80, os organismos internacionais responsáveis pela implantação da política educacional na América Latina, com vistas à racionalização dos gastos com a educação na região.

Assim, a era FHC (1994) marca a entrada decisiva das universidades no ideário neoliberal, e Sguissardi (2004) bem sintetiza o aparato jurídico montado na era FHC, quando discute o modelo de universidade brasileira:

[o novo] modelo de universidade [...] que aos poucos se configuraria a partir do ajuste neoliberal da economia e da reforma do Estado dos anos 90, adquire melhores contornos conceituais e organização a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), da Lei das Fundações (Lei nº. nº8958/94) da Legislação (diversas medidas provisórias, leis, decretos) sobre os Fundos Setoriais e do conjunto das PEC's (Proposta de Emenda Constitucional), decretos, portarias, projetos de lei (da Autonomia, da Inovação Tecnológica, entre outras) etc. que visam configurar as novas relações entre o Estado, Sociedade (empresas) e Universidade. Enfim, o novo modelo de universidade no Brasil (p. 34).

Particularmente, o Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, que regulamentou o Sistema Federal de Ensino (instituições federais de educação superior e instituições privadas), ao versar sobre as modalidades de organização das IES em 1) universidades; 2) centros universitários; 3) faculdades integradas; 4) faculdades e 5) institutos superiores ou escolas superiores, flexibilizou o sistema de educação supe-

rior, ao promover uma diversificação das instituições, definir novos tipos de estabelecimentos de ensino, mediante a flexibilização do princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. O decreto nº 2.207 – logo substituído pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, sem que fosse alterada a organização das instituições de ensino superior – aprofundou e “engessou” a já problemática convivência entre instituições de diferentes portes, organizadas em torno de objetivos distintos, fixando para algumas (ou muitas) o propósito exclusivo de preparação de profissionais (o ensino) e, para outras, a meta de produção de novos conhecimentos (a pesquisa) aliada à formação de profissionais.

Além disso, deve-se destacar o que Sguissardi (2004) analisa, ao pensar na disputa de modelos universitários no Brasil. O autor define a universidade, no novo contexto delineado pela inserção dos ideários denominados neoliberais, como:

[...] no Estado neoliberal e na globalização, a educação superior (a universidade) passa a ser vista como parte do problema econômico de cada país, entendido este como falta de competitividade internacional. A universidade somente cumpriria sua função, hoje, se fosse gerida como uma empresa comercial típica e se tornasse efetivamente competitiva (SGUISSARDI, 2004, p. 48).

2.4. A “esquerda” chega ao poder: mudança efetiva ou reformas para a manutenção da ordem hegemônica?

Em 2002, deparamo-nos com mais uma eleição. O candidato apoiado pelo governo FHC, José Serra (o ex-presidente, em 1963, da UNE), confronta-se com Lula nas urnas. Todavia, a polarização entre os candidatos, se vista por uma análise mais rigorosa, já se encontrava abrandada pela postura com que Lula se colocou para mais essa disputa eleitoral. Tanto no tocante ao gestual, vestimentas e falas, quanto às alianças feitas pelo PT para essa eleição, tudo apontava para um Lula

apaziguador, “maduro” e conciliador – aspectos jamais cogitados anteriormente, pelo menos por seus antigos eleitores.

Lula ganha as eleições. As ruas da maioria das cidades brasileiras imediatamente são tomadas por grupos que, desde a eleição de 1989, aguardavam por esse momento: as ruas encheram-se de **esperança!**

Todavia, ao longo de quatro anos de governo, a esperança esvaiu-se para muitos, perdendo algumas letras e transformando-se em espera, ou até mesmo em decepção de grupos de representações específicas. Em síntese, intelectuais, militantes e militantes-intelectuais não disfarçaram sua decepção frente às diretrizes governamentais impressas por Lula e sua equipe.

Alguns justificaram suas decepções com o fato de que a tão almejada ruptura com o capitalismo não ocorrera. Outros apontam que, talvez, a expectativa gerada por anos de esperança acumulada fosse demasiadamente grande. Enfim, não cabe a este trabalho analisar os motivos de agruras frente às diretrizes do governo Lula, e sim, pontuar que esse governo desacelerou o processo de crescente desigualdade social, sem, contudo, sair da diretriz hegemônica – da agenda neoliberal.

Apesar da empreitada governamental que Lula imprimiu em seu governo (2002 – 2006), não deixou, em momento algum, de representar justamente quem era sua oposição: a recém burguesia nacional.

Tanto foi que, mesmo com todos os escândalos acerca de corrupção em seu mandato, foi reeleito em 2006. A esperança já não foi tão forte dessa vez e não houve festa nas ruas do país.¹³

¹³ A UNE e a UBES, respaldadas por um plebiscito nacional, apoiaram a candidatura de Lula.

2.5. E os estudantes? O que têm feito?

No contexto de disputa de hegemonia, podem-se enumerar algumas atuações do movimento estudantil e da UNE, tanto no governo FHC, quanto no de Lula. Na realidade, desde a reestruturação da UNE, os estudantes continuaram com suas lutas por uma universidade de qualidade, além de se mobilizarem por algumas pautas políticas mais gerais, inclusive ocupando as ruas para se fazer ouvir em momentos mais específicos. A ameaça de reforma da previdência, por exemplo, posta à mesa pelo governo de FHC, teve como repercussão manifestações de rua.

As aposentadorias em massa de professores, alarmados com o projeto da Previdência, levaram os estudantes ao primeiro protesto de rua ainda na gestão de Fernando Gusmão, em março de 1995, no Rio (POERNER, 2004, p. 302).

Foi realizado no Distrito Federal, também em 1995, o 44º Congresso da UNE. É eleito, então, o primeiro presidente negro da entidade, Orlando Silva Júnior (PC-doB), que compunha a chapa “Saudações aos que tem coragem!” (POERNER, 2004, p. 301). Logo após as eleições, foram organizadas, pela UNE, lutas em âmbito nacional, para protestar contra a proposta do governo de FHC referente à quebra do monopólio estatal do petróleo. Ainda na gestão de Orlando Silva Júnior (1995-1997), também foram realizados protestos nacionais dos estudantes dirigidos pela entidade, contra a privatização da Vale do Rio Doce e de empresas estatais consideradas importantes para o desenvolvimento nacional.

No Congresso da UBES, ocorrido no mesmo ano, deu-se a dissidência da segunda maior bancada da UNE, que originou o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), convocando os estudantes a romperem com a entidade.

As bandeiras específicas ao movimento estudantil também tiveram vazão através de lutas locais e nacionais. Neste caso, devem-se destacar os protestos contra as reformas propostas pelo governo FHC e pelo então ministro da Educação, Paulo Renato, principalmente no que tange ao ensino superior cujo caráter, segundo a entidade, era conservador e neoliberal. Contestações ocorreram, por exemplo, contra o projeto de LDB encaminhado pelo então senador Darci Ribeiro, cujo conteúdo se afinava com as propostas governamentais, pondo ao chão as principais propostas de gestão democrática do sistema educacional contidas no projeto apresentado pelos movimentos sociais. Tais bandeiras culminaram na realização do Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária, em 1996, realizado na Unesp, para sistematizar e encaminhar essas questões.

Em 1996, ocorreu uma greve de professores na UFRJ e, ao longo da greve, teve curso a maior assembléia estudantil do Fundão (nome do *campi* da UFRJ), com uma média de presença de 1.500 alunos que se reuniram para traçar estratégias de enfrentamento a um projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, que tramitava na Câmara dos Deputados.

Sob o lema “Eu não agüento FHC”, um dos raros sinais de resistência à política federal numa fase ainda marcada pelo sucesso da estabilidade monetária, a UNE não parou de fustigar o presidente e o seu Ministro da Educação (POERNER, 2004, p. 302).

Ainda sob a gestão de Orlando Silva Júnior, foi iniciada a campanha “O Provão não prova nada, queremos uma avaliação de verdade!”, onde se desencadeou uma polêmica nacional em torno do assunto, levando a que muitos boicotassem a prova, entregando-a em branco (p. 302). Nessa luta, a UNE buscou uma aproxima-

ção com reitores, professores e servidores das universidades, além de aproximação com ex-presidentes da entidade¹⁴.

Cabe ressaltar que a UNE, apesar de divulgar seus lemas e bandeiras em seus congressos e manifestações, não conseguiu organizar manifestações de massa contra a aprovação da Lei nº 9.394/96 (LDB/1996) em Brasília; ademais, o que também ocorreu com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), no qual a UNE tinha participação. Gohn (1994), ao analisar as dificuldades do FNDEP, assim argumenta:

As práticas se concentraram nos militantes das instituições, militantes estes às vezes fortemente demarcados por posições político-partidárias, e por isso mesmo não aceitos por um conjunto mais amplo da própria comunidade educacional. [...] Sabemos que os anos 80 trouxeram em seu bojo, dentre as inúmeras mudanças sociais em curso, uma certa aversão pela política partidária, um descrédito nas instituições e nas ações voltadas para o poder. A sociedade, de uma maneira geral, tem preferido armar e articular seu próprio poder. [...] Assim sendo, o FNDEP, enquanto movimento social, tendeu a mobilizar apenas as categorias corporativas, que viram em suas ações uma forma de expressar suas demandas (p. 85-86).

O 45º Congresso da UNE foi realizado em junho de 1997, quando foi eleito Ricardo Cappelli (UJS/PCdoB). A vitória dessa união das tendências estudantis se deu de forma inédita dentro da história das eleições da UNE. Correntes petistas, como a Articulação, apoiaram pela primeira vez a UJS. Contudo, segundo Poerner (2004, p. 305), o PSTU e outros grupos menores “impediram a concretização de uma das principais propostas da UJS aprovadas no Congresso: a formação de uma frente única contra ‘o governo neoliberal e autoritário de FHC’”.

¹⁴ No ano de 1997, 17 dos ex-presidentes da UNE receberam selos comemorativos dos Correios em evento alusivo aos 60 anos da entidade (POERNER, 2004, p. 302).

O impasse revelou o retorno do problema inicial da história da entidade: a reconstrução de uma unidade nacional, meta difícil de ser alcançada, mesmo em tempos outros...

Em 1998, a UNE apoiou a greve das universidades públicas, contra o congelamento dos salários dos professores e demais funcionários, como também a chapa em que Lula e Brizola se uniram para fazer frente à reeleição de FHC.

Em janeiro de 1999 ocorre, na cidade de Salvador, a 1ª Bienal da UNE, da qual participam cerca de seis mil universitários. Cabe ressaltar que a escolha da cidade se deu por ser o local onde se comemoravam os 20 anos da reconstrução da entidade. Em julho do corrente ano, a UNE articulou na cidade de Belo Horizonte, seu 46º Congresso, que certamente marcou a história da entidade, pois Fidel Castro foi o conferencista convidado para falar aos estudantes, contra o neoliberalismo.

Nesse Congresso foi eleito para presidir a entidade Wadson Ribeiro (UJS/PCdoB) cujo mote da gestão foi a urgência de se pensar quais atuações seriam possíveis para a UNE, frente ao contexto brasileiro. Segundo a posição do referido presidente da entidade, ocorrera uma transformação no perfil dos estudantes:

[...] 70% dos quais matriculados em universidades particulares e mais preocupados com as questões específicas do ensino, como o seu custo e a sua qualidade. [Assim] com apenas 2% dos alunos filiados a alguma entidades estudantil, as funções da UNE [...] seriam relacionar essas questões com a situação geral do país e com problemas do porte dos que haviam originado campanhas nacionais como 'O Petróleo é Nosso' e 'Fora Collor'; e organizar 'um movimento de luta democrático, plural e unificado, capaz de representar as mais diferentes formas de organização estudantil e falar a milhões de jovens' (POERNER, 2004, p. 305).

O desafio era (é) imenso. No que tange às questões especificamente estudantis, a própria flexibilização das instituições de ensino superior e a decorrente privatização constroem categorias bem diferenciadas de estudantes, indo desde aque-

les inseridos em pesquisa, realizando complexas tarefas complementares ao ensino, aos alunos que fazem cursos noturnos em instituições privadas, cujo único objetivo é o lucro.

Além disso, toda a base jurídica e política produzida no governo FHC, para legitimar e homogeneizar o entendimento da educação superior sob a matriz neoliberal, se fez acompanhar de uma produção massificada de mundo, onde tudo, ou quase tudo, se explica e se justifica no e pelo mercado. Pensar tal produção, de maneira atenta à fragmentação jurídica decretada em 1997, é justamente entender as dissociações produzidas na categoria estudantil. Diferenças sempre existiram, mas é a partir de 1997 que foram aceitas e decretadas pelo Estado. De um lado, estudantes integrados à pesquisa e produção de conhecimento nos centros de excelência; e de outro, os que se ocuparão da reposição de mão-de-obra, quando necessário.

Reflexos dessa “hierarquização” da categoria estudantil podem ser localizados em diversos temas. Um exemplo foi a derrota da UNE ao combate ao Exame Nacional de Cursos (o Provão), que foi “enfaticamente combatido pelas lideranças [UNE], mas aceito pela base do movimento, fascinada pela ideologia do controle da qualidade total no nível superior de ensino” (NEVES, 1999, p. 147).

Com o esfacelamento da categoria estudantil, o desafio que se encontra é: como se criar bandeiras gerais capazes de mobilizar interesses diversos, fragmentados e, por vezes, até divergentes?

Numa tentativa de construção de bandeiras unificadoras, em 26 de agosto de 1999, ocorreu o Fórum Nacional de Lutas (FNL), em que organizações coordenadas pela UNE, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST) se reuniram para discutir suas pautas. O encontro ocorreu, oportunamente, em Brasília, o que propiciou a realização de passeata – que ficou conhecida

como a Marcha dos Cem Mil – cujo pleito consistia na “abertura de uma CPI para investigar denúncias de irregularidades nas privatizações do governo Fernando Henrique” (POERNER, 2004, p. 306).

Além da participação da UNE no FNL, fizeram parte desse projeto de convocação dos estudantes à participação na entidade, o protesto realizado em Salvador nas comemorações dos 500 anos de “descobrimento do Brasil”; atos pela cassação de Celso Pitta, prefeito de São Paulo, cujo esquema de corrupção veio à tona; apoio às greves dos professores das escolas e universidades do Estado; manifestações cujos pleitos foram diversos: desde assegurar o direito ao passe-livre no sistema público de transportes, até a reserva de 50% das vagas nas universidades públicas para egressos do ensino fundamental público, passando, inclusive, pela parceria com outros movimentos sociais para manifestar-se contra a corrupção. Enfim, esses e outros motes, não enumerados aqui, significaram a tentativa de marcar a entidade e de utilizar estratégias de chamamento da categoria à participação.

Poerner (2004), mais uma vez com seu olhar esperançoso em relação aos efeitos de tal chamamento, relata:

[...] procurou-se fazer de cada luta específica uma luta geral contra o sistema neoliberal. E alcançou-se o auge do pluralismo no Rio, na Cinelândia, quando *punks*, funkeiros, metaleiros e grunges cantaram o Hino Nacional com os caras-pintadas, num dia em que milhares de estudantes, convocados pela UNE e pela Ubes, saíram às ruas, em 18 capitais, para demonstrar o seu repúdio ao governo e pedir que se instalasse a CPI que o presidente da República tentava bloquear no Senado. No Rio, aliás, [...] o tenente-coronel Hélio Luz [...] subiu ao carro para ordenar, sob aplausos dos jovens, que os soldados não interferissem. Foi a primeira vez que se viu um policial num palanque estudantil de protesto antigovernamental (POERNER, 2004, p. 306-307).

Em junho de 2001, tivemos a oportunidade de participar do 47º Congresso da UNE. Ao chegarmos, nos deparamos com um grupo de conservadores, represen-

tando o PFL e o PSDB, inscrevendo uma das 11 chapas a concorrer à presidência da entidade. Contudo, mais uma vez foi eleita a chapa encabeçada pela UJS/PCdoB, pela sétima vez consecutiva para o cargo. Ai que alívio... Alívio?

Enfim, as propostas da chapa eleita resumiam-se: na manutenção do controle da emissão da carteirinha de estudante pela entidade e na eleição indireta dos presidentes, através de delegados sufragados nas universidades.

Ainda em 2001, Paulo Renato (ministro da Educação do governo FHC) lançou uma medida provisória que cassou o monopólio da entidade relativo à emissão das carteirinhas. A UNE recebeu apoio de diversos parlamentares, da OAB e do presidente do Supremo Tribunal Federal, sem no entanto converter a situação a seu favor.

O motivo acima exposto foi um dos pontos que fizeram com que a UNE aderisse à greve que paralisou as universidades federais por cerca de cem dias. Tal greve foi importante, já que desgastou a imagem do ministro Paulo Renato para a disputa presidencial, entrando em cena, como candidato do PSDB, José Serra – ex-presidente da UNE no período de 1963-1964.

Em 2003, em Goiânia, realiza-se o 48º Congresso da UNE. Participam do evento algumas outras entidades, como Ubes, CUT, MST, CNBB, ABI, Coordenações dos Movimentos Sociais (CMS) e outras. Esse encontro foi responsável pela apresentação, ao presidente da República, de propostas referentes à reedição do Projeto Rondon, solicitação de auxílio na reconstrução da sede da UNE, no Rio de Janeiro, além, é claro, de apoio frente à ação judicial contra a cassação do monopólio da emissão das Carteiras de Identidade Estudantil, impetrada pelo ex-Ministro da Educação Paulo Renato. O presidente eleito nesse congresso foi Gustavo Lemos Petta, também do PCdoB.

Pode-se observar, a partir dos relatos anteriores, que a UNE vem sendo sistematicamente ocupada por representantes organicamente vinculados a partidos políticos. A dupla militância (ME e partido político) não é novidade, mas a forma de manejo dessa questão tem-se intensificado de modo a comprometer a autonomia e a democracia interna da entidade. E é o próprio Poerner (2004) quem denuncia a não-concretização de propostas aprovadas no Congresso de 1999, inclusive a que indicava a eleição da diretoria da entidade a partir do voto direto. Para alguns autores, o desrespeito a essa decisão tem sido eficiente, na realidade, para a manutenção do controle da entidade nas mãos da atual linha política (e partido político).

Em junho de 2001, ocorre o 47º Congresso da UNE, e Felipe Maia (PCdoB) é eleito presidente. Contudo, o já citado afastamento das bases continua, assim como na gestão eleita no 48º Congresso, em 2003, que elegeu Gustavo Petta (PCdoB).

No ano seguinte à eleição de Petta, ocorreu mais uma dissidência importante na história do movimento. O projeto de Lei que institui a Reforma Universitária serviu como um analisador¹⁵ para o movimento, já que dividiu opiniões entre os estudantes. A base organizada se posiciona fortemente contrária à Reforma Universitária, enquanto a UNE se posiciona ao lado do governo, apoiando-a. No mês de maio é criada no Rio de Janeiro a CONLUTE, durante o Encontro Nacional contra a Reforma Universitária.

A UNE vem sendo bastante citada, mas é preciso que se registre que o ME é um movimento mais amplo que a entidade que se propõe a representá-lo.

O afastamento ocorrido entre a UNE – entidade representante dos estudantes, legitimada pela sua história – e suas bases têm fomentado o aparecimento de

¹⁵“(…) os analisadores são acontecimentos que por si só produzem rupturas nos processos instituídos, que catalisam fluxos, que produzem análises, estranhamentos e sustos, que desmancham os lugares previamente estabelecidos, desfocando o que estava enquadrado em nossa percepção prévia. (COIMBRA & NEVES, 2002)

organizações paralelas em nível nacional, como é o caso da Federação de Executivas Nacionais (FENEX), que vem fazendo frente às atuações da UNE – por eles denominada de imobilistas.

Digno também de destaque é o movimento chamado Universidade Popular, nascido em maio de 2000, a partir da organização de alguns estudantes da Escola de Comunicação da UFRJ. Tal movimento emergiu com o objetivo de criar possibilidades para as classes menos favorecidas entrarem na universidade pública, ou seja, com a organização de um curso de pré-vestibular, inicialmente seguindo as estruturas de um curso pré-vestibular particular.

Contudo, a partir de 2001, a Universidade Popular passou a pensar a atuação de seu movimento em três categorias: pedagógica, política e institucional.

A primeira categoria citada (pedagógica) organizou-se em duas frentes: foi criado um grupo de estudos em educação para analisar a elaboração do processo de formação pedagógico-didática para os novos orientadores, e que surtiu o efeito de provocar uma estruturação do pré-vestibular numa “relação horizontal entre todos os participantes do curso e o rompimento com a lógica mercadológica de pré-vestibular” (SUPRANI,2004 mimeo).

A categoria denominada política faz jus ao constante questionamento referente às questões relacionadas à trajetória da Universidade Popular. Trajetória essa que nasce de uma movimentação de cunho assistencialista para um “movimento popular autônomo que atua na luta pela democratização da universidade pública” (SUPRANI,2004 mimeo). A luta inicial – o acesso das classes populares à universidade pública – é ampliada no sentido do próprio questionamento da produção do conhecimento acadêmico e sua serventia nos dias de hoje. “A participação em encontros e fóruns de discussão em educação, o contato com outros movimentos soci-

ais e a prática no pré-vestibular ampliam o sentido da luta por uma universidade popular [...] trazendo novas discussões e demandando novas práticas ao grupo” (SUPRANI,2004 mimeo). Um dos efeitos das novas frentes abertas foi a criação de espaços para acolher demandas que extrapolassem os temas acadêmicos como, por exemplo, a discussão sobre família, cotas nas universidades, drogas, artes, entre outros assuntos. Tais espaços são denominados como “aula” de cultura e cidadania. Além disso, o campo político ampliou-se, com a participação da Universidade Popular na criação de uma rede nacional de pré-vestibulares populares, a partir da organização do encontro regional e nacional desses cursos.

Já no campo institucional, o movimento aqui referido empunha a bandeira em prol de uma democracia direta entre todos os participantes, apostando, dessa forma, na divisão das responsabilidades entre os participantes – orientadores de estudo, monitores, estudantes, participantes de outras ações – numa tentativa de desmistificação de “líderes” do movimento.

Enfim, podemos entender o movimento Universidade Popular – iniciado por estudantes da Comunicação da UFRJ, mas que em seu percurso abarcou estudantes de outras universidades, em sua maioria públicas – como um contraponto ao ME instituído. Ao ser questionado sobre alianças com as instâncias representativas estudantis instituídas (DAs, CAs, DCEs, UNE), um dos orientadores da Universidade Popular aponta suas ressalvas quanto ao aparelhamento político do ME e privilegia em seu discurso a autonomia do movimento. Questiona, ainda, o fato de terem sido desalojados da sala do DCE da UFRJ, logo após a eleição da Chapa do PCdoB, para uma reforma, e de nunca mais terem voltado, já que o espaço agora é ocupado por um bar.

A UNE possui uma legalidade conquistada com muita luta, desaparecimentos e mortes de seus integrantes, contudo, nos dias de hoje será que possui a legitimidade de suas bases?

A fragmentação dos movimentos não é uma novidade na história. Podemos afirmar isso embasados na bibliografia utilizada para este trabalho. Tanto no primeiro período elencado para a presente pesquisa, quanto no segundo, essa problemática apareceu em algum momento. Tensões sempre existiram, mas em determinados momentos exacerbaram a elasticidade da relação, fazendo com que o rompimento ocorresse.

Pudemos perceber que movimentação ainda existe. O marasmo apontado pela FENEX ao fazer frente às atuações da UNE não se sustenta. Todavia, é inegável o surgimento de novos movimentos de estudantes que nascem nesse contexto e se desenvolvem diante do não-reconhecimento da legitimidade da referida entidade.

Por fim, deve-se considerar também a capacidade de mobilização da própria juventude e o poder formador que a mídia exerce sobre ela. Para Soares (1998), na análise que teceu sobre a militância política num curso de graduação:

A concepção trazida [pelos discursos estudantis] de que os problemas práticos da vida de todos (contas a pagar, dívidas, desemprego, aluguel, etc.) encontram-se dissociados de uma prática de intervenção política na universidade caminhava lado a lado com um “desencantamento utópico” que se abateu sobre a política institucional e as organizações representativas da metade da década passada em diante. Dentro de uma perspectiva mais geral, vivemos uma crise política, crise do Estado, e conseqüentemente, uma crise das relações sociais constituídas. Desta forma o espaço universitário, enquanto elemento desta conjuntura, faz parte e reproduz tal crise (SOARES, 1998, p. 26).

A análise acima transcrita é uma tentativa de explicar as dificuldades existentes no percurso de se enunciar “bandeiras de luta” para os estudantes e que, por

certo, vem obstaculizando a participação e mobilização estudantil, pois, segundo a mesma autora:

O indivíduo que cresce sob a égide neoliberal, massacrado por diversos aparelhos (mídia, informatização, globalização, etc.) constitui-se em grupo sujeitado por si só, limitando suas perspectivas de troca com tudo que possa questionar suas “regras do jogo”. Este indivíduo é apenas um dos recortes dos modos de subjetivação, que surge hoje como o mais presente. A lógica financeira associada a uma instância desejante modelada e produzida de acordo com esta mesma lógica constitui um indivíduo que, em sua unidade, é um grupo fechado e estrangulado (SOARES, 1998, p. 34).

Capítulo 3 – PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: DISCUTINDO ALGUMAS MATRIZES

O presente capítulo pretende discutir as produções de subjetividades nos dois períodos históricos – década de 1960 e a década que comporta os anos de 1994 até 2004 – com o intuito de apontar e analisar os efeitos dessas produções no que tange às atuações do movimento estudantil no Brasil.

Os caminhos de construção dessa análise são diversos. Priorizou-se, aqui, a problematização da constituição da categoria indivíduo, por entendê-la “como modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade” (MANCEBO, 2004, p. 38), ou ainda, como esclarece a autora:

Vivemos imersos numa cultura individualista. Nela cunhamos nossa identidade, nos socializamos e encontramos permanente reafirmação dos valores a ela relacionados. Desse modo fica difícil percebermos que [a individualidade] não é inata e sim uma categoria construída histórica e socialmente; e mais, é um valor (MANCEBO, 2004, p. 37).

Então, apesar de a modernidade emergir em consonância à categoria indivíduo e sua hegemonia, as categorias *indivíduo* e *subjetividade* são distintas entre si. A subjetividade não é “propriedade” do indivíduo, mas o produz como tal, ou seja, individualizar-se é tão somente uma das possibilidades de subjetivação, e o seu correlato, o individualismo, é uma das possibilidades de entendimento de mundo, um dos diversos modos de entender e registrar nossa vida em sociedade. Assim, entende-se, conforme análises de Coimbra e Neves (2002, p. 43) que a:

[...] subjetividade [é...] ao mesmo tempo produção existencial e social; é sempre coletiva. Não é um dado universal nem pode ser pensada como sinônimo de individualidade ou como equivalente à noção de identidade [...] pois o indivíduo é uma dentre as várias formas de produção de subjetividade. Estas são forjadas a cada momento da história, conforme certas conjugações de força.

Para o que se pretende neste trabalho, e frente à evidente amplitude do tema, centraremos a discussão na história da afirmação do liberalismo e das produções subjetivas e seus efeitos na construção de entendimento do mundo.

3.1. liberalismo: o indivíduo como protagonista da história

Cada época, cada sociedade põe em funcionamento alguns desses modos [de subjetivação], sendo a categoria 'indivíduo' o modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade (MANCEBO, 2004, p. 38).

A ideologia liberal, na realidade, fez frente definitivamente ao que ainda restava do entendimento de mundo impresso na “era medieval”. A Revolução Francesa (1789) apresenta-se como um marco histórico, no qual a burguesia construiu uma outra forma de entender e de se relacionar no mundo, quebrando “verdades” instituídas e produzindo novas formas de os homens se relacionarem entre si. Um aspecto importante a se considerar nessas mudanças foi a diluição da “vontade divina” em uma “ordem natural” da sociedade. Bianchetti (1996) ilustra este aspecto quando afirma:

A história do liberalismo é [...] a ruptura com a ordem medieval, organizada a partir de uma concepção hierárquica, fundamentada em determinações externas à ação do homem e a continuidade de uma concepção que transfere para a “ordem da natureza” os fundamentos das desigualdades sociais (BIANCHETTI, 1996, p. 44).

Todavia, o liberalismo, como todo corpo de idéia, não se manteve incólume às mudanças sociais, econômicas e políticas. Os impasses enfrentados pela ideologia liberal, principalmente a partir das sociedades industriais, fizeram com que esse pensamento criasse novas estratégias para a manutenção de sua hegemonia. Bel-

lamy (1994), um liberal, ajuda-nos sobretudo a compreender as mudanças atravessadas pelo liberalismo, ao apresentar o ponto de flexão que produz a falência intelectual e prática no percurso do liberalismo original, lá pelo final do século XIX: “o impacto das forças estruturais geradas pelas sociedades industriais avançadas” (BELLAMY, 1994, p. 10).

Para traçar a história da ideologia liberal na sociedade ocidental e pensar as mutações pelas quais a ideologia liberal passou, o autor, em nome da didática, divide o liberalismo em duas grandes correntes, que denomina de liberalismo ético e liberalismo econômico. A primeira corrente, que corresponde à gênese do próprio liberalismo, combina uma tese filosófica, em que a liberdade individual é uma prioridade crescente, a uma tese social. Bellamy (1994) observa: “a tese social dá suporte a uma tese filosófica naturalista implicitamente ética, relacionada à compatibilidade de diferentes formas de auto-realização”. Em outras palavras, uma tendência “natural” do homem garantiria, a despeito da liberdade individual, uma convivência em sociedade. Assim, para os pensadores do liberalismo ético, as liberdades individuais eram priorizadas, mas eles também apostavam que o bem comum se estabeleceria pautado em uma essência que “naturalmente” dirigiria as ações humanas para o bem comum.

Na segunda corrente, apresentada por Bellamy como fruto de implementações acrescidas à teoria liberal, a “harmonia” teoricamente construída desfaz-se, fazendo aparecer, claramente, a tensão entre as liberdades do homem e a liberdade do mercado, em que a última acaba por se sobressair, em detrimento da primeira.

A construção original do pensamento liberal, ou como Bellamy (1994) denomina, o liberalismo ético, é contraditório, pelo menos quando advoga a combinação de inúmeras teses de liberdade individual circunscritas numa tese social. Os teóricos

partidários do liberalismo ético entendiam a existência de uma “teoria coerente da liberdade [...] possível [de se] maximizar a um conjunto igual de liberdades harmoniosamente coexistentes para todos os membros da sociedade” (BELLAMY, 1994, p. 10-11). Em outras palavras, a solução do problema epistemológico da liberdade “estava encontrada” a partir de um suposto equilíbrio meta-ideológico encontrado na tese social.

Todavia, a tensão intrínseca à teoria liberal – liberdade individual *versus* harmonia social – sempre se apresentou como um problema. Como definir e garantir um campo de liberdades individuais sem que exista algum prejuízo de outras? Existe alguma hierarquia entre as liberdades? Como circunscrever tais liberdades individuais dentro de uma lógica social de modo harmônico? Tais questões persistem nos dias atuais, quando o legalismo representado pelo que Bobbio (1988) denominou de liberdade negativa se torna cada vez mais forte e hegemônico.

Em síntese, a tensão supracitada – o desenvolvimento linear social que, para o liberalismo, produziria uma harmonia dos planos de vida individuais – extrapolou suas possibilidades, sobretudo diante das transformações que a sociedade inglesa sofreu a partir da Revolução Industrial.

3.2. Papel do Estado: contradições da teoria liberal

Antes da Revolução Industrial, o agente regulador – o Estado – atuava mediando a tensão entre as liberdades individuais e o campo social, porém se acreditava que isso seria passageiro, pois uma espécie de “bom senso” coletivo, tendo como fundamento teórico uma base teológica cristã, acabaria por harmonizar a tensão. Todavia, com a afirmação das sociedades industriais, essa formulação “harmoniosa”

ruiu. As relações de mercado intensificaram-se e, de certo modo, tiveram de ser absorvidas pela ideologia liberal sob a rubrica da liberdade. No plano econômico, passou-se a entender que a livre competição e os preços independentes garantiriam o equilíbrio entre a produção e o consumo. Do mesmo modo, essa dinâmica é absorvida para as relações estabelecidas entre homens e, assim, as relações de mercado e a livre competição passam a constituir o foco do equilíbrio entre liberdades individuais e o social.

Assim, no primeiro momento do desenvolvimento teórico liberal, a preocupação em defender as liberdades individuais se apresentava de maneira mais diluída no campo social: liberdade de expressão e respeito à privacidade, liberdade de associação e de não sofrer discriminação por determinadas escolhas... Enfim, a discussão da liberdade individual encontrava-se como um campo bem mais amplo e a sua harmonização se daria no desenvolvimento progressivo da sociedade. Já no segundo momento, liberdade e harmonia social foram associadas, intrinsecamente, à questão mercadológica, e os liberais passam a acreditar que a competitividade “sadia” entre os produtores individuais em situação relativamente igual geraria uma diferenciação dos preços e asseguraria o equilíbrio ideal entre a produção e o consumo para a economia e para a sociedade como um todo.

Em outros termos, no momento em que as indústrias surgiram como modelo de produção hegemônico ocidental, que os monopólios se constituíram, uma ruptura ocorreu com a teoria ética liberal, colocando-se o mercado como o regulador das liberdades individuais e o cenário de busca do lucro como o território central na teoria e na vida.

Os liberais éticos apostavam que a vontade de fazer o bem superaria a busca do lucro. Para chegar a esta “etapa” social, esses teóricos acreditavam ser necessá-

rio, num primeiro momento, uma intervenção do Estado no mercado, até a fase de superação das tendências anti-sociais. Sendo assim, o Estado era visto por esses teóricos como um mal necessário num primeiro momento, um mal que limitava as liberdades individuais, mas que funcionaria positivamente como uma instância preventiva da parte de uma elite patriótica, em prol de um futuro bem comum.

Esta discussão é de extrema importância no presente trabalho: a hipertrofia do Estado, como um mal necessário para mediar e equilibrar as relações entre os homens, com ações que limitariam parte das liberdades individuais, em prol de um coletivo mais harmonioso, que regularia as relações sociais, de modo a garantir pelo menos parte da “essência” intrínseca do homem social, e que dizia respeito à consideração aos direitos do outro, o direito à própria liberdade. O Estado entra em cena, primeiramente, como agente regulador desse direito, fazendo uso de leis e poder de cerceamento em casos nos quais esse princípio fosse vilipendiado. Porém, com as transformações do século XIX, o Estado acaba por ocupar um lugar de mediador das liberdades do mercado, e este é alçado à condição de regulador das liberdades individuais. Em outros termos, com a consolidação da sociedade industrial, o Estado passa de instância preventiva – regulador das relações entre os homens – a um instrumento de defesa dos interesses econômicos, que inicialmente procurava restringir.

3.3. Disciplina, indivíduo e gestão dos espaços público e privado

A tensão entre a liberdade individual (instituída) e a viabilidade social, anteriormente discutida, também se abate sobre o conceito de indivíduo, particularmente através da incorporação de uma matriz disciplinar, tão bem discutida por Foucault.

Foucault (1998), em seu trabalho sobre as prisões (*Vigiar e Punir*), dentre outras contribuições, faz a genealogia do entendimento do corpo no decorrer da história, desde a época medieval até a modernidade. O autor nos aponta justamente para o processo de transformação de entendimento do corpo, a produção de um novo objeto de saber-poder disciplinar, produtor de indivíduos. Assim, para o autor:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las, procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 1998, p. 143).

O exercício de poder na disciplina afeta desde comportamentos, espaços até o próprio entendimento temporal, ou seja, a disciplina acaba por produzir um conceito de mundo. Mas o que rompeu com a velha ordem? O que fez com que o exercício do poder disciplinar, que já se fazia presente em instâncias religiosas em épocas anteriores, se tornasse hegemônico?

O momento histórico do aperfeiçoamento e hegemonia da disciplina, a partir do século XVIII, seguiu-se ao campo de afirmação do liberalismo, podendo-se afirmar que é o próprio liberalismo que se amplia e se adapta, paulatinamente, aos novos tempos, incorporando a disciplina e um exercício de poder minucioso sobre os corpos.

A disciplina afirma-se, assim, como um pilar do próprio liberalismo, permitindo inferir que poder disciplinar, liberalismo e, conseqüentemente, o próprio modo de produção capitalista, advêm de uma mesma matriz histórica, retroalimentando-se e reformando-se mutuamente.

A disciplina toma o corpo como objeto de saber e alvo do poder, e o faz através do aperfeiçoamento, da formação (deformação) minuciosa desse corpo, do con-

trole e de um uso, cada vez mais específico deste, para que novos e mais eficazes direcionamentos sejam dados a sua produção.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de 'disciplina' (FOUCAULT, 1998, p. 118).

A vigilância exerce importante papel dentro desse processo de disciplinamento dos corpos. Segundo Foucault (1998, p. 147): "A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar". Em um primeiro momento, o poder era exercido por uma instância hierarquicamente superior / institucional, externa ao corpo. Contudo, o controle exercido por "fora" constrói fronteiras corpóreas, e foi o deslocamento da vigilância/controle/disciplina para o interior desses limites, para o corpo e a "alma" dos homens, que produziu, definitivamente, o que entendemos hoje por indivíduos. Essa internalização da vigilância, do controle, enfim, da disciplina (ou autodisciplina) é o marco de uma mudança, que trabalha na perspectiva da individualização da subjetividade. Nesse sentido, Mancebo (1999, p. 57) define a modernidade, pautada em análises de diversos autores "como uma era de domesticação dos corpos", na qual:

o próprio indivíduo constitui-se num produto manufaturado pelos poderes-saberes das disciplinas. A tese fundamental de sua genealogia é que o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. É com base nessa idéia que Foucault se recusa a atribuir ao Estado um lugar central no processo de dominação moderna. De fato, segundo ele, o poder jurídico-político sediado no Estado e nas instituições não tem cessado de perder importância em favor dos minúsculos, invisíveis, mas permanentes poderes disciplinares (MANCEBO, 1999, p. 58).

Partindo desse ponto de vista, que advoga a internalização da disciplina, o poder de escolha dos indivíduos, apregoado por diversos autores (particularmente, os liberais) não se apresenta com tanta sustentação. Em outros termos, concepções pautadas por uma lógica binária que advogam um dentro e um fora, certo e errado, bom e mau, não dão conta de captar a complexidade da subjetividade individualizada moderna e, no limite, acabam por conceber um homem isento das marcas histórico-sociais às quais é submetido desde o início de sua inscrição no mundo. Pela lógica binária, existiria uma parte, dentro do ser, uma essência autêntica, até certo ponto a-histórica, natural e impermeável à rede social, que em boas condições (“internas” e “externas”), deveria ser justamente a parte responsável pelas acertadas escolhas individuais do homem.

Assim, no momento do deslocamento do local de exercício do poder disciplinar para o interior dos corpos, ocorre mais clara e intensamente não só o entendimento (e auto-entendimento) dos homens como indivíduos, como também o próprio conceito de sociedade emerge, com um sentido forte, externo e tolhedor para os homens. A partir de então, torna-se mais nítida a participação dos homens nos espaços públicos e privados e, conseqüentemente, ganha densidade a própria construção conceitual a respeito desses espaços.

Sennett (2002) é um dos autores que, ao analisar as atuações do homem no espaço público e discutir o próprio entendimento desse espaço para o homem, ajuda-nos a incrementar o campo de análises no qual este trabalho pretende avançar. Preliminarmente, é importante destacar que o recorte histórico utilizado pelo autor é meramente metodológico. É o próprio Sennett quem afirma: “[...] a vida pública não começou no século XVIII; nesse século, tomou forma uma nova versão da vida pú-

blica, centralizada em torno de uma burguesia em ascensão e de uma aristocracia em declínio” (p. 30).

Assim, o ponto mutacional que se apresenta nesse século é justamente uma inversão na hierarquia social, quando a burguesia ganha espaço em detrimento de uma aristocracia em franca falência. Segundo Sennett:

A expansão das classes mercantil e burguesa nas capitais do século XVIII foi acompanhada pelo aparecimento de muitas pessoas inclassificáveis – materialmente semelhantes, mas ignorantes de suas semelhanças – e pelo afrouxamento das posições sociais tradicionais. Estava faltando uma nova linguagem para “nós” e “eles”, para quem é do grupo e quem não é, para “acima” e “abaixo” na escala social (SENNETT, 2002, p. 69).

Munido dessa premissa, Sennett pesquisou as sociedades de Paris e Londres, nos séculos XVIII e XIX, respectivamente, e em seu estudo pôde localizar, de fato, grandes mudanças estruturais ocorridas nessas cidades. Dentre outros aspectos, tal convulsão estrutural das cidades, transformou subitamente os “novos cidadãos” em estranhos, e a cidade num aglomerado de desconhecidos. Porém, tal condição de estranhamento e de inominabilidade foi ressignificada, de modo que as cidades buscaram novos contornos relacionais.

O caminho dessa ressignificação foi a produção bem delimitada dos domínios público e privado. Tais domínios, ainda no século XVIII, não se constituíam enquanto posições em franca oposição, mas sim complementares, como nos aponta Sennett:

[...] o domínio público era igualmente um corretivo para o domínio privado: o homem natural era um animal; o público, portanto, corrigia uma deficiência da natureza, que somente uma vida conduzida segundo os códigos do amor familiar poderia produzir (SENNETT, 2002, p. 120).

Deficiências nessa dinâmica davam a vez à incivilidade e, assim, conforme Sennet (2002, p. 120): “se o vício da cultura era a injustiça, o vício da natureza era a rudeza”. Para dar conta de tal “rudeza”, particularmente incômoda na convivência de homens desconhecidos nos grandes espaços urbanos, emergentes a partir do século XVIII e XIX, muitos movimentos ocorreram. Como vimos com Foucault, os corpos se disciplinam, mas também os Estados Nacionais assumem novas funções, tanto no plano econômico, como no sociopolítico, constituindo instrumentos que dessem conta da regulação do cotidiano.

3.4. Estado do Bem-Estar Social e regulação do cotidiano

Foram muitos os caminhos para a consolidação de uma biopolítica, que desse conta da administração dos espaços públicos, em especial nas grandes cidades. Ocorreram grandes variações na concretização dessas dinâmicas, quer se considerem períodos históricos e limites geográficos distintos. Todavia, indubitavelmente, ocorreu uma participação progressivamente mais ativa dos Estados Nacionais, bem como se pode afirmar que o século XX foi um dos cenários onde mais se exercitaram e exacerbaram essas funções reguladoras do Estado.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1917), o mundo presencia uma profunda involução econômica que desemboca na grande depressão experienciada no período de 1929-1933. Somente após a II Guerra Mundial, ademais motivada pelo quadro econômico recessivo precedente, ocorre uma recuperação do poder econômico da sociedade. Segundo Gentili (1998, p. 82):

[o] PIB mundial chegou a crescer a uma média anual de 4,9% no contexto de uma não menos impressionante expansão do comércio internacional marcada por uma surpreendente variação no volume de exportações de mercadorias que atingiu um crescimento médio anual de 7%.

Um dos co-autores dessa quase milagrosa recuperação econômica foi a mudança do entendimento das intervenções estatais na esfera social, que se fez mais presente, obviamente, mais nos países centrais do que nos periféricos. O Estado entra em cena como um provedor de direitos sociais e econômicos, entendendo-os como complementares aos direitos políticos e civis. Apresenta-se como um “grande Pai” que provê as condições para que a cidadania seja exercida pela população, mas devem-se frisar pelo menos dois aspectos nessa presença mais ativa do Estado em diversas esferas da economia e da sociedade: (1) apesar de a intervenção estatal garantir melhorias para o conjunto da população e, com isto, em muitos momentos, diminuir as condições de lucro capitalista, o Estado não inviabilizou a acumulação de capital por parte dos grandes proprietários; e (2) apesar de os Estados Nacionais se apresentarem, em muitas circunstâncias, como provedores e protetores, deve-se registrar que muitas das conquistas alcançadas se deveram a acirradas lutas travadas pelos trabalhadores.

Deve-se atentar, ainda, que tais análises fazem referência à experiência vivenciada nos países industrializados, pois nos países periféricos, a distribuição de renda, bens e a promoção de segurança e melhores condições de vida nunca foram alcançadas, esbarrando sempre em situações de extrema desigualdade. Contudo, são inegáveis os avanços conquistados no âmbito do chamado Estado de Bem-Estar Social, mesmo nesses países. Em síntese, como assinala Mancebo (1999, p. 68):

ocorreram significativas conquistas de direitos sociais por parte das classes trabalhadoras das sociedades centrais e, de um modo muito menos característico e intenso, por parte de alguns setores das classes trabalhadoras em alguns países periféricos e semiperiféricos.

Todavia, há que se distinguir uma dupla faceta do Estado de Bem-Estar Social, quando se trata da análise da produção de subjetividades: uma referida ao princípio liberal da liberdade individual e outra referida a uma regulação dos cidadãos, por parte do Estado, com fortes efeitos sobre os processos de subjetivação. Assim, do ponto de vista da produção de subjetividades, o Estado de Bem-Estar Social possibilitou aos homens a conquista de novos horizontes desvendados por uma segurança garantida pelo Estado em relação às questões que tangenciam o exercício da cidadania (educação, saúde, previdência etc.), o que possibilitou, sobretudo para a classe trabalhadora dos países centrais, uma autonomia jamais experimentada. Mas também, e ao mesmo tempo, apontou para um aumento da burocratização e controle do cotidiano e da vida dos homens.

Assim, como argumenta a mesma autora:

Sob o Estado-Providência, assistimos a um processo de subjetivação, que a um só tempo alargou os horizontes possíveis da autonomia liberal, subordinou a individuação às exigências de uma razão tecnológica disciplinar e que, no mesmo curso, consolidou o sujeito em objeto de si próprio e de sua interioridade romântica (MANCIBO, 1999, p. 70).

A moeda da tutela característica do Estado-Providência, como todas as outras, tem dois lados: a “garantia” de direitos intrínsecos ao conceito de cidadania e a inviabilidade de se inventar e de vivenciar outras formas de cidadania. Ou seja, o Estado ao prover as condições para o exercício da cidadania se configura como um

controle dessa própria cidadania. E é nessa ambigüidade, é nessa dicotomia que a contestação pôde e foi produzida.

3.5. Capitalismo flexível e produção de subjetividade

A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas (SENNETT, 2005, p. 53).

Uma mutação nos conceitos estruturais do pensamento liberal ocorreu, novamente, com a crise do capitalismo, no século XX – pelos fins da década de 1960 – em função do esgotamento do modelo *fordista* de produção e da tentativa burguesa de manutenção de sua hegemonia. Os conceitos de Estado, cidadania, mercado, homem, entre outros, sofreram modificações, reorganizando um cenário que se passou a denominar de neoliberal.

Na realidade, tal tendência do pensamento liberal – o neoliberalismo – começou a tomar seus primeiros contornos, ainda na década de 1940, procurando oferecer uma crítica e alternativa às tendências então hegemônicas. Assim, a produção “pioneira” de Friedrich Hayek (1990), considerado o pai do neoliberalismo, tinha por alvo, ao mesmo tempo: o Estado do Bem-Estar Social, as teses *keynesianas* e o socialismo. Quando escreveu *O Caminho da Servidão*, em 1944, Hayek já afirmava que o igualitarismo daquele período, promovido pelo Estado de Bem-Estar, bem como pelo socialismo, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, das quais dependia a prosperidade de todos. Quando boa parte do mundo se encontrava arrasada pela guerra, não havia espaço, obviamente, para a apropriação de um ideário que apregoava um Estado parco em todos os gastos públicos e nas

intervenções econômicas. Assim, somente com o esgotamento do modelo de acumulação *fordista*, na década de 1960, e com a crise enfrentada então pelo capitalismo, é que são criadas as condições para a aceitação, propagação e aplicação do receituário neoliberal.

Um dos principais conceitos impressos pelo neoliberalismo, que rompeu com o pensamento liberal clássico, é o tema da desigualdade, tomada agora como necessária e motivadora, já que institui um ambiente “saudável” de competitividade, necessário à produção e crescimento humano. Liberdade e igualdade são conceitos reconfigurados, transformando-se em Liberdade de mercado e Igualdade para competir.

O Estado, de regulador das desigualdades sociais, assume agora o lugar de produtor dessas mesmas desigualdades, já que é a partir delas que o capitalismo opera. A partir do momento em que o Estado se apresenta como garantia da liberdade de mercado, e não mais como um mantenedor dos direitos dos cidadãos – como no Estado do Bem-Estar Social – profundas mudanças políticas, econômicas, sociais passam a ser detectadas, em maior ou menor grau, em diversos cantos do planeta. Em síntese, assistiu-se, nos últimos anos, a uma retração financeira do Estado na prestação de serviços sociais (incluindo educação, saúde, pensões, aposentadorias, dentre outros) e à subsequente privatização, ou pelo menos tentativa de privatização, desses serviços. Tratou-se, portanto, de uma redefinição do Estado em termos classistas, com redução de suas funções de cunho social universalista, e da ampliação do espaço e do poder dos interesses privados.

Tais transformações afetam, obviamente, o campo da produção subjetiva. O racionalismo econômico, cuja suposição básica é a de que os homens se comportam e agem como indivíduos auto-interessados, constitui uma variante particular das

construções individualistas, próprias ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo, sobre as quais se afirmam a soberania dos objetivos individuais, o reconhecimento do indivíduo como o juiz supremo dos seus próprios objetivos e a limitação dos fins sociais às “coincidências” casualmente estabelecidas entre os objetivos individuais.

Com o dilaceramento dos direitos e deveres, garantidos anteriormente – mesmo que parcialmente, no caso dos países em desenvolvimento – as questões ditas coletivas (e isso inclui o que se chama de política) enfraquecem e não reverberam mais como algumas décadas atrás.

No neoliberalismo, [as] reivindicações contrárias ao disciplinamento e defensoras de um maior espaço de escolha para os homens, são transmutadas em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista (MANCIBO, 1999, p. 81).

Nesse contexto, conceitos que eram e são, ainda, fundamentais para a construção de diretrizes do movimento estudantil, dentre outros movimentos sociais, sofrem ressignificações e ganham novos sentidos. O comum é esvaziado de sua potência criadora, é pasteurizado e, nesse processo, os sujeitos se transformam, não raramente, em espectadores “passivos” de questões prementes para uma *atuação* comum. Pelbart (2003), quando trata da idéia de consenso presente nos dias de hoje, afirma:

[...] vivemos hoje uma crise do comum. As formas que antes pareciam garantir aos homens um contorno comum, e asseguravam alguma consistência ao laço social, perderam sua pregnância e entraram definitivamente em colapso, desde a esfera pública, até os modos de associação consagrados, comunitários, nacionais, ideológicos, partidários, sindicais. Perambulamos em meio a espectros do comum: a mídia, a encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas igualmente as recaídas étnicas ou religiosas, a invocação civilizatória calcada no pânico, a militarização da existência para defender a “vida” supostamente “comum”, ou mais precisamente, para defender uma forma-de-vida dita “comum”. No entanto, sabemos bem que esta “vida” ou esta “forma-de-vida” não é realmente “comum”, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, esses pânicos, esses circos políticos, esses modos caducos de agremiação, ou mesmo

esta linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um seqüestro (PELBART, 2003, p. 28).

O plano comum – ou seja, questões que perpassavam no plano coletivo – sofre um esvaziamento, ganhando para alguns a alcunha de ufanista, utopia inviável, ou ainda, sendo categorizado como *clichê*¹⁶.

A referida reconceituação do comum auxilia-nos a pensar a respeito da constituição do sujeito nesse contexto. O comum, espaço que nos é apresentado a todo o tempo, pelo menos potencialmente, vem sendo reconfigurado, de modo que os sujeitos são convocados a participar apenas como espectadores. Na maioria das vezes, é produtor de solidão, que, associada a novas demandas, como os apelos ao consumismo desenfreado, à diferenciação pelo estilo, à constante idéia do “seja você mesmo”, tem por efeito o incremento à produção de indivíduos preocupados em preservar sua individualidade. Vivemos num período em que os atores são caracterizados pelo pleonasma: *indivíduos individualizados*.

Em síntese, o reforço na produção de indivíduos alienados, como diria Marx, de indivíduos desimplicados com o produto de seu trabalho, é um dos efeitos das subjetividades que sustentam o capitalismo e, agora, aprofundadas pelo ideário neoliberal.

¹⁶ Pelbart (2003) discute os clichês, a partir de Deleuze. Este nos lembra que, após a Segunda Guerra Mundial, “os clichês começaram a aparecer naquilo que são: meros clichês, os clichês da relação, os clichês do amor, os clichês da política ou da revolução, os clichês daquilo que nos liga ao mundo – e é quando eles assim, esvaziados de sua pregnância, se revelam como clichês, isto é, imagens prontas, pré-fabricadas, esquemas reconhecíveis, meros decalques do empírico, somente então pode o pensamento liberar-se para encontrar aquilo que é ‘real’, na sua força de afetação, com consequências estéticas e políticas a determinar” (PELBART, 2003, p. 28).

3.6. Efeitos das produções de subjetividade na mobilização estudantil brasileira nas décadas de 1960-1970 e 1994-2004

As bandeiras específicas do movimento estudantil brasileiro referiam-se à autonomia universitária e ao ensino público de qualidade. Também faziam parte das reivindicações: a crítica ao “controle estatal” das diretrizes das vidas, que inviabilizava “a perspectiva de uma universidade autônoma, produtora de saber desinteressado, formadora de indivíduos teórica e politicamente críticos, cultores da liberdade” (SGUISSARDI, 2004, p. 36). Porém, tudo isto foi visto como ameaça à “ordem” e às “boas relações” entre Universidade e Estado.

Entidades representativas em funcionamento, bandeiras de luta definidas e determinadas, mas o aconteceu? Ao elencarmos as bandeiras de luta da UNE percebemos que, na maioria das vezes, as diretrizes, assim como as formas de luta, se mantêm numa direção semelhante no decorrer de sua história – salvaguardando o período da ditadura militar – no Brasil. Isso ocorreu tanto no que tange às lutas específicas, como educação de qualidade, ampliação das vagas na educação pública, inclusão dos mais pobres, quanto em relação à construção conjunta e aos apoios aos movimentos sociais, sindicais e políticos em geral. Também permanecem muitas formas de enfrentamento, como a convocação para ocupações de espaços públicos para se publicizar posturas dos estudantes frente às situações em tela.

Nesse sentido, podemos nos perguntar: o que mudou? Estes pontos mais generalizados referentes às movimentações estudantis são interessantes para pensarmos justamente a respeito do que acima chamamos de produção comum. Considera-se que as séries de reconceituações sofridas pelo que Pelbart (2003) chama de comum, a partir do capitalismo flexibilizado, ajudam a compreender as mudanças ocorridas no movimento estudantil.

O capitalismo flexível, ou neoliberalismo, introduziu novas formas, novas densidades e novas implicações no que tange ao comum. Em um plano macropolítico, é apresentado ao sujeito um convite a ocupar o lugar de um espectador, restando-lhe, muitas vezes, um plano micropolítico para atuar e viver corroborando a máxima neoliberal: o apelo à individualização. Nesse sentido, Pelbart (2003) aponta para contradição desse momento:

[...] diferentemente de algumas décadas atrás, em que o comum era definido, mas também vivido como aquele espaço abstrato, que conjugava as individualidades e se sobrepunha a elas, seja como espaço público ou como política, hoje o comum é o espaço produtivo por excelência. O contexto contemporâneo trouxe à tona, de maneira inédita na história pois no seu núcleo propriamente econômico e biopolítico, a prevalência do “comum”. O trabalho dito imaterial, a produção pós-fordista, o capitalismo cognitivo, todos eles são fruto da emergência do comum: eles todos requisitam faculdades vinculadas ao que nos é mais comum, a saber a linguagem, e seu feixe correlato, a inteligência, os saberes, a cognição, a memória, a imaginação, e por conseguinte a inventividade comum.[...] Nesse contexto de capitalismo em rede ou conexionalista, que alguns chamam rizomático, pelo menos idealmente aquilo que é comum é posto para trabalhar em comum. [...] essa dinâmica assim descrita só parcialmente corresponde ao que de fato acontece, já que ela se faz acompanhar pela apropriação do comum, pela expropriação do comum, pela privatização do comum, pela vampirização do comum empreendidas pelas empresas, máfias, estados, instituições, com finalidades que o capitalismo não pode dissimular, mesmo em suas versões mais rizomáticas (PELBART, 2003, p. 29).

Seria viável a manutenção da mesma estrutura organizacional representativa frente a essa “nova ordem do comum”? Podemos observar neste trabalho uma queixa semelhante das distintas mobilizações estudantis: a dificuldade de aglutinação. A aglutinação de pessoas para as causas estudantis, bem como o chamamento da sociedade, em geral, não tem reverberado e atravessado as barreiras da universidade. Para sermos mais exatos, não tem sequer atravessado as paredes da maioria das instituições de ensino superior.

A *intimização* do comum, ou seja, a possibilidade de ele surgir no plano micropolítico, produz não só a fragmentação das lutas, como também uma constituição *esquizo* da categoria. Grupos insatisfeitos com as diretrizes da UNE rompem com a entidade e ocupam os espaços onde avaliam como insatisfatória a participação da entidade. Será que tais medidas possibilitaram uma aglutinação maior dos estudantes, ou apenas garantiram a constituição de um espaço *comum* para seus pleitos?

Tal questão merece ser explorada por ângulos diversos. Apesar do *seqüestro do comum* e da sua ressignificação a todo o momento pelo capitalismo, é nesse movimento de captura e ressignificação que se pode encontrar a potência de vida, ou seja, onde outras danças podem atravessar o ritmo neoliberal! Assim, Pelbart (2003, p. 30) aponta as contradições do comum:

[...] cada vez mais a fonte primordial da riqueza do próprio capitalismo. Por isso mesmo este comum é o visado pelas capturas e seqüestros capitalísticos, mas é este comum igualmente que os extrapola, fugindo-lhe por todos os lados e todos os poros.

Podemos nos debruçar sobre essa dupla faceta do *comum* para pensarmos sobre o movimento estudantil nos dias de hoje. Nesse sentido, Pelbart (2003, p. 38) nos aponta:

Agamben evoca uma resistência vinda, não como antes, de uma classe, um partido, um sindicato, um grupo, uma minoria, mas de uma singularidade qualquer do qualquer um, como aquele que desafia o tanque na Praça Tienannen, que já não se define por sua pertinência a uma identidade específica, seja de um grupo político ou de um movimento social.

Se considerarmos como Pelbart (2003), há que se pensar além das dissidências de grupos organizados dentro UNE e da Ubes, e urge questionar sobre a potência do *modus operandi* de organização. Em tempos de impregnação dos ideários

neoliberais, podemos constatar êxitos mais evidentes nas mobilizações de grupos, quando originadas na interface do *comum*, do encontro, do micropolítico.

Cabe ressaltar que não pretendemos, de maneira alguma, exaltar um plano de mobilização em detrimento de outro, mas tais constatações são importantes para formular a urgência de reformulação das atuações das entidades representativas. Política não deveria ser feita por “heróis”, mas por sujeitos implicados em seu próprio cotidiano.

O movimento estudantil se organizava, como ainda se organiza, a partir de grupos afinados com determinadas diretrizes políticas possuindo, assim, respaldo e apoio de partidos políticos, inclusive fornecendo quadro para o movimento.

Assim, a hibridização de partidos políticos com o movimento estudantil não é uma novidade do momento pós-1994. Contudo, no passado, a construção de projetos políticos – cujos horizontes eram distantes da realidade, mas eram investidos do desejo de mudança diluído em diversos setores da sociedade –, constituía uma interface que se diferencia da hibridização do momento atual. Ocorria investimento em lutas para a construção de estratégias revolucionárias, as mudanças radicais, as reformas estruturais, que por mais distantes que estivessem da realidade daquele momento, nunca foram tomadas com uma alcunha impossível.

É justamente nessa faceta que entendemos o fascínio por essa história, não somente do movimento estudantil, como de toda uma geração que acreditou em mudanças efetivas, em que a distância entre projeto e realidade era entendida como processo, e não como uma cisão entre planos onírico e real.

Esse entendimento processual da história imprimiu um caráter coletivo no percurso do próprio ME, que habita as fantasias do senso comum até os dias de ho-

je. Contudo, como sabemos, tal “caráter coletivo” se deu a partir de um projeto comum desses atores – jovens estudantes. Os partidos políticos, então, serviam mais como um lugar para a definição de estratégias e defesas de idéias, do que um espaço de interesses para a hegemonia de determinados grupos políticos efetivamente. Havia lugar para outros atores!

Aarão-Reis (1988) enfatiza a importância da vanguarda no contexto da década de 1960, mais especificamente no ano de 1968, que cumpria uma função de questionamento e “dificultava a instrumentalização do movimento, equilibrava as influências, impedia a recuperação, sufocante e opressiva, por parte de um determinado líder ou partido” (p. 48). Ou seja, as vanguardas não só garantiam a discussão no movimento, mas sobretudo garantiam a multiplicidade circular nos espaços de discussão.

Tal questão se apresenta bem diferente nos dias atuais, pelo menos no que tange ao movimento estudantil, em que as queixas, críticas e questionamentos proliferam, tangenciando, dentre outras questões, a contrariedade de estudantes (militantes ou não) diante da ocupação crescente de partidos políticos e suas tendências na condução do próprio movimento estudantil instituído. E, justamente, esse modo de ocupação marcado pela lógica partidária produz tanto uma cisão (com profundidades abissais) junto às bases, quanto a desqualificação, inclusive moral, de qualquer opinião que coloque em xeque as diretrizes partidárias.

Quando o pêndulo começou a se inclinar nessa direção? Para pensarmos essa inclinação, nos debruçaremos na análise de Aarão-Reis (1988, p. 50-51) que afirma:

Os embates imediatos foram perdidos, derrotados. Não apenas pela desproporção da força militar. Um processo combinado de envolvimento ideológico e político – e também de força – abateu-se sobre as forças sociais que lutavam em 1968. A repressão obviamente desempenhou seu papel. Mas na história da humanidade está mais do que demonstrado que ela é incapaz, por si mesma de inviabilizar movimentos que tenham raízes e fundamentos históricos profundos [...] Ainda em nosso país, seria decisivo um novo ciclo de expansão do capitalismo, iniciado antes de 1968, cuja vigência muitos se recusaram a admitir. Não se trata apenas de contabilizar benefícios materiais tangíveis, como empregos e salários. Mas, e principalmente, a proposta de crescimento, de sociedade, das relações pessoais, de progresso, que espalhou mitos e ilusões, e conseguiu seu objetivo maior: ganhar o apoio ativo ou a resignação, a adesão passiva para as realizações práticas que conduziriam o capitalismo brasileiro a um novo patamar, de que tanto se orgulham hoje nossas elites.

O enaltecimento da figura do indivíduo como responsável por seus sucessos e fracassos, desconsiderando todo e qualquer efeito da “ordem social” frente às suas conquistas ou insucessos, produz, não raramente, um “sentido de *nonsense*” habitual nos dias de hoje, quando se pautam mudanças estruturais. Ou seja, o modo de subjetivação individual liberal, discutido neste capítulo, operou com êxito na desarticulação dos movimentos contestatórios e, logicamente, no movimento estudantil, enquanto um projeto de mudança estrutural. Sousa (1999) analisa essa reconfiguração do ME no contexto neoliberal brasileiro da seguinte forma:

O movimento estudantil, antigo espaço de participação política da juventude portadora da utopia da revolução social, vive momentos de refluxo e, salvo algumas mobilizações, enfrenta um esvaziamento desmotivador. A questão da própria sobrevivência da população nem sequer consegue ser tocada ou enfrentada, e os problemas têm se agravado no lado mais frágil e impotente do povo – seus filhos (SOUSA, 1999, p. 195).

É fato: mobilizações no âmbito das ocorridas na década de 1960, mais especificamente no ano de 1968, não existem mais. Habitam, nos dias de hoje, as páginas dos livros, os filmes e as memórias de quem vivenciou esse período. O contexto mudou, o mundo mudou, os atores mudaram. Contudo, apesar das dificuldades de

construção de um projeto cuja meta seja “mudar o mundo”, as movimentações continuam existindo, inclusive angariando conquistas importantes no quesito *fazer frente ao projeto neoliberal*. Tais como a federalização da Unitins.

Em 1996, a Unitins – Universidade de Tocantins – foi transformada em Fundação Universidade de Tocantins, o que acarretou mudanças tanto no regime jurídico, quanto financeiro. A partir de então, entraram em cena: cobranças de mensalidades, transferência de cursos para instituições de natureza exclusivamente privadas, convites de investimento para empresas em alguns cursos – enfim, a experiência da concretização mais afinada com os preceitos neoliberais para a educação de nível superior no país.

Tais medidas foram capazes de mobilizar os estudantes numa greve vitoriosa em vários sentidos, como é relatado na revista *Caros Amigos*, de novembro de 2001:

Impressionante por si só e por ser estudantil, chamava ainda mais atenção por ocorrer em um Estado cuja a concentração de poder na mão do governador e dos partidos governistas impressiona quem quer que passe pelo lugar. Num capítulo histórico de Tocantins e do movimento estudantil, os alunos ficaram mais de um mês “parados”. Enfrentando o poder constituído e as distorções verificadas na mídia local – quase toda alinhada com o governador -, os estudantes foram às ruas, fizeram manifestações, ganharam o apoio da sociedade, negociaram com o governo estadual e federal. Ao final do processo, em junho de 2000, a cobrança de mensalidades e o crédito educativo foram extintos e o curso de medicina veterinária já deixara a alçada do ITPAC, voltando para a Unitins. A Universidade de Tocantins voltava a ser pública e gratuita e as negociações para sua federalização ganhavam força (BIONDI, 2001, p. 34).

Como pudemos ver, um “*clichê do movimento estudantil*”, qual seja, a luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, foi o mote para a mobilização dos estudantes da referida universidade. O fato de ser uma luta mais regionalizada – ou melhor, a luta se deu em Tocantins, com os estudantes de Tocantins, mobilizando a

sociedade de Tocantins. Apesar da censura de informações não se fazer presente nos dias atuais, nem no referido período, tal informação foi capaz de mobilizar os estudantes envolvidos nessa cena, não sendo potente para a mobilização nacional.

Cabe pontuar também a ocupação da Reitoria da UFRJ, em 1998, após a posse de um interventor na reitoria da universidade dada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, os estudantes fizeram frente ao Governo Federal, que nitidamente burlava a autonomia universitária e tentava o controle da gestão da referida universidade.

Além das duas situações distintas, ainda podemos citar a mobilização do Movimento Universidade Popular (MUP), que tem por objetivo a democratização da educação, bandeira anteriormente erguida pelo movimento estudantil. O MUP tomou corpo, no Rio de Janeiro, a partir da iniciativa de estudantes de comunicação da UFRJ. Mas, “curiosamente” foi desalojado pelo Diretório Central dos Estudantes, que era ocupado por um grupo de estudantes-militantes de um partido político, para a construção de um bar que pudesse render dividendos ao DCE.

Nos exemplos citados, a mobilização estudantil extrapolou os limites dos espaços representativos preexistentes. DCEs, DAs e CAs tiveram suas participações em alguns desses movimentos, mas a viabilidade da notoriedade se deu a partir do potencial aglutinador dos estudantes.

Na realidade, podemos pensar que a estruturação do ME vem falhando no tocante ao que lhe era mais caro: a mobilização dos estudantes. Contudo, possibilidades de mobilizações permanecem em espaços mais efetivamente relacionados ao cotidiano dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar este trabalho, sem dúvida é uma experiência muito intensa e valiosa, tanto no âmbito acadêmico, quanto pessoal. Longe de tentar amarrar conclusões fechadas acerca das diretrizes que gostaríamos de apontar, pretendemos fazer apenas algumas considerações sobre o tema.

Pudemos observar que as bandeiras específicas do movimento não variaram muito no decorrer dos anos: sempre, ou quase sempre, tinham como norte a defesa de uma universidade autônoma, produtora de conhecimento e crítica frente à realidade nacional. No entanto, na década de 1960, essa postura, ainda existente nos discursos do movimento nos dias de hoje, começaram a ganhar uma corporeidade distinta das demais.

A eleição de Aldo Arantes, em 1961, para a presidência da União Nacional dos Estudantes, pode nos auxiliar a pensar nessa diferença, que não está pautada apenas no plano da vontade, mas também no plano da viabilidade. A eleição da chapa constituída pela Ação Popular – tendência marcada pela radicalidade características nas suas propostas – é um ponto importante para pensarmos a atuação do movimento estudantil descolada de uma idéia de causalidade. Definitivamente, o movimento estudantil reagiu à ditadura, mas não foi a ditadura que produziu as bandeiras do movimento estudantil, muito menos suas potencialidades aglutinadoras.

Como já foi descrito no primeiro capítulo deste trabalho, o movimento estudantil vinha sendo construído desde 1937, se considerarmos apenas a institucionalização enquanto movimento mais sistemático, mas sempre é importante lembrar que existiram mobilizações focadas anteriores a essa data.

Na seara da disputa mundial entre capitalismo e comunismo, territórios onde outras subjetivações ditas marginais tomaram contornos, ganharam corpos! Ou seja, tinham entendimentos diversos do mundo, onde a radicalidade da AP teve seu espaço para gestão legitimado por um processo eleitoral. E é justamente essa legitimação um ponto curioso, pois implica a coexistência de espaços onde projetos e metodologias divergentes, tanto no que tange às propostas, quanto às bandeiras, metodologias e ao próprio amadurecimento da luta.

Podemos localizar esse tempo para amadurecimento das lutas e das próprias bandeiras, fazendo uma análise da construção dos documentos chamados *Declaração da Bahia* (1961) e a *Carta do Paraná* (1962), os quais, longe de apresentar divergências no conteúdo das propostas; se complementam no sentido de fechar as lacunas deixadas pelo outro no que tange, principalmente, às questões operacionais.

Falar de um processo de amadurecimento político pode dar um tom “evolucionista” equivocado. Pensemos, então, no que se configurou a luta armada contra a ditadura no Brasil. Ela ganhou força quando a ditadura foi fechando seus cercos diante das atuações das esquerdas no Brasil. Então, podemos pensar que, a partir daí, diante do esgotamento dos espaços onde outras subjetividades circulavam para fazer frente à ditadura, essa forma de luta ganhou um contorno mais marcado.

Entretanto, a luta armada já disputava espaços mesmo antes do golpe militar – quando o Brasil se encontrava em crise no final de 1963 e 1964, o movimento de defesa da manutenção das discussões e encaminhamentos das reformas foi polarizado em campos onde, de um lado, se defendia a legalidade com Jango, e de outro, uma convocação pró-Resistência armada, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

Podemos pensar, nesse mesmo sentido, de contrariar a idéia de causalidade reativa, no que se refere à movimentação estudantil na década de 1960, inclusive se pensarmos um pouco sobre a reação estudantil imediatamente após o golpe que se deu de forma ineficaz e desarticulada. Mas mesmo frente a essa desarticulação momentânea dos estudantes, a ditadura militar não se furtou de destruir um marco importante para o movimento, o prédio que sediava a UNE. Não podemos levar em conta a gratuidade desse fato, e sim pensar sobre a ameaça que tal movimento oferecia para o “novo governo”.

Pensar acerca da violência com a qual os militares arrancaram das mãos do povo as possibilidades de construções divergentes das de até então, a ameaça que essas “conquistas” da esquerda, e também do movimento estudantil, remete-nos ao conceito de *soberania*, que Foucault (1998) utiliza para pensar a construção do poder sobre o corpo e da constituição da biopolítica. O aniquilamento dos espaços de troca e disputas de poder remete-nos, justamente, a uma tentativa de “remendar” esse poder sobre os corpos, uma tentativa de recapturá-los, já que eles andavam extrapolando os limites do que o poder vigente – capitalista – determinava para eles.

Não pregamos aqui um retorno à soberania, mas a utilizamos mais como uma metáfora, mesmo porque a sociedade disciplinar e de controle também deixava sua marca nesse período do governo militar. Porém, o retorno de alguns traços da soberania – por exemplo, a utilização da tortura como política de Estado para a manutenção da ordem e o vislumbramento do progresso nacional – se configura com uma naturalidade assustadora até os dias atuais – mas os alvos de hoje não são mais a esquerda, mas os pobres e miseráveis.

Desta forma, a idéia de causalidade reativa referente às atuações do movimento estudantil na década de 1960 se apresenta como inverídica, já que a potência

do ME nesse período está relacionada a toda uma construção histórica, um desejo de mudança das diretrizes nacionais, e está inserida num contexto mundial de vacância de hegemonia da subjetividade liberal.

Então, podemos pensar nesse sentido, os estudantes apresentavam suas posturas frente às urgências de mudanças nas diretrizes nacionais mais gerais e também específicas, não apenas nos resultados das eleições da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas sobretudo no que se refere ao potencial aglutinador, à capacidade e rapidez para a mobilização.

Em tempos muito distantes da realidade dos dias de hoje – onde existe a banalização da comunicação, com a popularização de meios de comunicação de naturezas diversas como, por exemplo, os telefones, os celulares, a própria internet que permitem uma comunicação imediata, a baixo custo, para os mais distantes lugares, ou seja, onde as informações tem uma facilidade muito maior de transmissão – a capacidade de mobilizar estudantes localizados em diferentes cidades frente para fazer protesto frente a uma situação, como por exemplo, a *Greve de Um Terço* (1962).

Acreditamos ser, então, mais um mito que cai por terra quando se justifica a apatia aparente nos dias de hoje, devido a uma *falta de informação*. E, ainda, sem entrar, pelo menos agora, no mérito da fidedignidade da informação, hoje vivemos uma *overdose* de informações, mas, mesmo assim, a facilidade na circulação das informações não garante a mobilização dos estudantes.

Pensar, então, esse potencial de aglutinação do movimento estudantil nesta década é pensar, também, na **implicação** desses sujeitos com seus projetos e desejos de mudança do mundo. Tal conceito nos remete ao tom que gostaríamos de entoar, mencionado no início do presente trabalho.

Segundo Neves (2001), o entendimento do conceito de implicação se dá na relação que se tem com o “objeto”. E é nessa relação da juventude da década de 1960, na implicação com os projetos de vida, que entendemos haver muitas das diferenças entre os dois momentos do movimento estudantil.

Com a entrada mais sistemática das políticas neoliberais no cenário universitário, pudemos ver, gradativamente, uma fragmentação da categoria estudante. Ou seja, as políticas neoliberais naturalizaram uma diferenciação na própria formação superior no Brasil, seu futuro “lugar ao sol”, ou no mercado de trabalho, passa a ser determinado, pelo menos em tese (neoliberal), pela natureza da instituição que foi cursada, determinada pelo Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997¹⁷.

Mas quais as implicações produzidas em tempos neoliberais? Que tipo de implicações costumam ser produzidas em tempos de exacerbada solidão? Que espécie de implicação com alguma causa estudantil poderia ser produzida com essa fragmentação da própria categoria?

Mobilizações sociais, incluindo as estudantis, continuam habitando as pautas e os pleitos da categoria estudantil; no entanto, as instâncias instituídas historicamente para os encaminhamentos das lutas perderam suas potencialidades nesse cenário neoliberal.

As produções subjetivas produtoras de individualismo estão presentes desde a inauguração da modernidade, claro que salvando as especificidades de cada período histórico. Mas qual seria a especificidade contemporânea, a mutação nessa produção, que tem produzido essa sensação de “fim da história”.

¹⁷ O decreto regulamentou o Sistema Federal de Ensino e foi citado no capítulo II deste trabalho.

Sader (2003) nos auxilia a pensar acerca dessas questões, quando amplia a discussão sobre os espaços público e privado, acrescentando a categoria mercantil. Tal inclusão, inicialmente utilizada para análises macropolíticas, pode nos auxiliar a pensar as produções cotidianas nas relações e, também, no ME. Nesse sentido, Sousa (1999, p. 200) nos esclarece:

estes jovens militantes fazem parte de uma geração individualista, que não “quer abrir mão” de seus desejos e, nesse sentido, não trazem a novidade. Não há causa coletiva que os arrebate para uma condição que tenha como limite rever a sua autonomia individual. São as expressões do contraditório de uma sociedade que vincula idéias de preservação da individualidade em um mar de relações que só se realizam por meio da massificação. Aqui, eles são o exemplo de uma individualidade que procura se impor no coletivo, sem deixar-se subjugar por ele, embora dediquem ao mundo público, e não ao privado, grande parte de seu tempo. Isso possivelmente diminui a convivência angustiada com seus conflitos e a psicologização dos problemas objetivos.

Como vimos no capítulo 3, o neoliberalismo introduziu, nos processos de subjetivação, a competitividade por mercado, como se fosse da “natureza humana”. Contudo, diante da hegemonia da mercantilização das subjetividades, onde habitam as resistências?

Qual é o significado disso? O que isso representa no quadro de lutas estudantis e coletivas? Os discursos de estudantes universitários denunciam um esgotamento desses espaços instituídos.

A mercantilização das subjetividades não só desarticulou as bandeiras, afirmando o especialismo nas lutas, como também limitou as atuações ao território concreto, ou seja, ao território do possível, território este que nega, a princípio, projetos com conteúdos de natureza onírica – o comunismo, socialismo ou qualquer outra proposta que seja desvinculada da lógica do capital.

Apesar desse novo cenário descortinado, ainda temos algumas mobilizações, pontuais, é certo, mas com uma implicação que extrapola os limites do corpo do indivíduo neoliberal. Sobre isso, Sousa (1999, p. 202) aponta-nos que:

Nos difíceis anos 90, procurar o coletivo solidário como fazem estes jovens tem um significado de resistência à lógica da fragmentação. Nos conduz a pensar no *resgate da noção de sujeito pela teoria* que mantém insistente na busca pela liberdade; faz-nos admitir que a *história mudou, mas que nela ainda cabem o indivíduo e suas utopias*. Para tais jovens, esse mundo não os engana.

Implicações que atravessam o plano coletivo ainda existem, e há, como foi apresentado nos capítulos II e III, algumas mobilizações do período 1994-2004. Contudo, gostaríamos de encerrar esta breve discussão, levantando uma questão: as movimentações cuja implicação tenha um cunho coletivo estão sendo cada vez mais pontuais, não reconhecendo, assim, uma entidade única que agregue a categoria. Tal fato, nos aponta para a necessidade de se repensar essa representação estudantil nos moldes instituídos atuais.

Não apregôo, porém, o definitivo esfacelamento do movimento, porém a necessidade de reorganização no contexto atual se apresenta como necessária para construir um corpo mais consistente para o enfrentamento à lógica neoliberal nesse espaço.

Muitas questões ficaram, ainda, em estágio embrionário e não foram analisadas devido a urgência do cumprimento do prazo desse trabalho, mas certamente serão levadas, amadurecidas e repensadas em outros momentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO-REIS FILHO, D.; MORAES, P. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BELLAMY, R. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: UNESP, 1994.
- BENEVIDES, R. *Grupo e produção*. São Paulo: Hucitec, 1996 (Saúde e Loucura, nº 4).
- BIONDI, A. *No Centro das desatenções* In: Caros Amigos especial nº. 9, novembro de 2001: *A Universidade no Espelho*, São Paulo, Editora Casa Amarela.
- BORÓN, A. *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.
- CARDOSO, I. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.
- COIMBRA, C. M. B.; NEVES, C. A. B. Potentes misturas, estranhas poeiras: desassossegos de uma pesquisa. In: NASCIMENTO, M. L. N. (Org.). *Pivetes: a produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.
- COIMBRA, C. M. B. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FÁVERO, M. L. A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- FIGUEIREDO, L. C. *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Escuta, 1995.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GABEIRA, F. *O Que é Isso, companheiro?* São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GENTILI, P. (Org.). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 75-92.

MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. (Orgs.). *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

MORTADA, S. P. *Formação do Psicólogo: Experiência de Militantes Estudantis*; in: Revista Psicologia: Ciência e Profissão, nº3, 2005, ISSN 1414-9893.

NEVES, L. *Educação: um caminhar para o mesmo lugar*. In: LESBAUPIN, I. *O Desmonte da Nação: Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999

OLIVEIRA, F. *A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PELBART, P. *Vida Capital: Ensaios de biopolítica*, São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003

POERNER, A. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o Governo Lula*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

SADER, E. *A vingança da História*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

SANTOS, B. S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SENNET, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

— *A Corrosão do Caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SGUISSARD, V. *A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva*. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. (Org.). *Universidade: política, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

SGUISSARDI, V. *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SOARES, A. B. *Universidade, Política e Subjetividade: Reflexões da Militância Estudantil*, Monografia do Curso de Psicologia da UFF, 1998.

SOUSA, J. T. P. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.

SUPRANI, B. *Identidade e diferença em educação popular: em busca das pontes de hidrogênio*. 2003, mimeo.

VALADARES, F. C. *Entre a Lei e a Luta: o movimento pela saúde do trabalhador docente*, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social na UERJ, 2006.

VALLE, M. R. *1968: o diálogo e a violência. Movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1999.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

www.malvados.com.br

www.une.org.br/home2/une_on_line_jun_2005/49_conune/m_458.html